



Departamento de Sociologia

Desenvolvimento Local na Sociedade em Rede.
Cultura, Criatividade, Cidadania.

Filomena Maria Coelho Serrazina

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientador:
Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso,
Professor Associado com Agregação,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2012

AGRADECIMENTOS

- Prof. Doutor Gustavo Cardoso
- CLAAAN – Andreas Eberharterdo e Clara Vieira
- DETROIT FAB LAB – Alex Feldman
- LAND SHARE – Adam Gee
- OSTV – Nuno Alves
- PINC – Fátima São Simão
- TEATRO UMANO – Rita Wengorovius

RESUMO

O ponto de partida desta reflexão é a globalização cultural, generalização do uso das TIC, hipertrofia do indivíduo e a crise de identidade das organizações responsáveis pela gestão territorial, no contexto da sociedade ocidental – europeia e americana. A presente dissertação faz uma análise das limitações e desafios que se apresentam aos territórios, no contexto da sociedade informacional, procurando evidenciar de que forma os indivíduos e as novas tecnologias podem contribuir positivamente para o desenvolvimento dos territórios, e por outro lado, qual a importância destes últimos para as vivências individuais.

Contra-pondo a argumentação de que, em resultado da globalização e do desenvolvimento tecnológico, o território se tornou irrelevante, são referidas algumas opções possíveis em termos de desenvolvimento e afirmação territorial no contexto da sociedade em rede, sublinhando três factores considerados particularmente relevantes para esse mesmo desenvolvimento: a Cultura, a Criatividade e a Cidadania.

A partir da leitura de literatura existente, com especial incidência em Manuel Castells e Richard Florida, a argumentação desenvolvida é ilustrada com projectos que conjugam os três factores enunciados, consubstanciando-se em vivências territoriais. Da pesquisa e dos contactos estabelecidos salienta-se a diversidade de exemplos enquadráveis neste âmbito, o que conduz à referência de projectos localizados nos Estados Unidos, Reino Unido e Portugal.

A reflexão realizada leva à apresentação de propostas de desenvolvimento territorial que sugerem a necessidade de reconfigurar a forma de entender o indivíduo e a esfera pública, as organizações e as políticas públicas, evoluindo para medidas de regeneração urbana que valorizem os usos e as vivências das pessoas, mais do que a infra-estrutura edificada.

PALAVRAS-CHAVE

Territórios; Cultura; Criatividade; Cidadania; Globalização; Tecnologias de Informação e Comunicação; Indivíduos; Organizações; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The starting points of this reflection is the cultural globalization, widespread use of ICT, hypertrophy of the individual and the identity crisis of the organizations responsible for the management of territories in the context of western society - European and American. This paper analyzes the limitations and challenges faced upon the territories, in the context of informational society, trying to highlight how individuals and new technologies can give a positive contribute to territorial development, and also, what is the importance of the latter to individual experiences.

In opposition to the argumentation that says the territory became irrelevant, as a result of globalization and technological development, some possible options are presented in terms of development and claim of the territories, in the context of the network society, emphasizing three factors that are considered as being particularly relevant to this development: Culture, Creativity and Citizenship.

From the reading of existing literature, with particular emphasis on Manuel Castells and Richard Florida, the argumentation is illustrated with projects that combine the three mentioned factors, embodied into regional experiences. The research and contacts that were made highlights the diversity of examples that could be presented in this paper, which led to the mention of projects located in the United States, United Kingdom and Portugal.

The reflection made leads to the presentation of proposals for territorial development that suggests a need to reconfigure the way of understanding individuals and the public sphere, organizations and public policies, evolving into actions of urban regeneration that values the uses and the experiences of people, more than the built infrastructure.

KEYWORDS

Territories; Culture; Creativity; Citizenship; Globalization; Information and Communication Technologies; Individuals; Organizations; Local Development.

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo e palavras-chave	iii
Abstract and keywords	v
Índice	vii
Índice de Quadros	viii
Glossário de siglas	ix
Introdução	01
1. Globalização cultural, sociedade em rede, indivíduos e organizações. O problema da des- fragmentação territorial.	02
2. Desenvolvimento territorial na sociedade em rede. Potencialidades e desafios.	05
2.1. O indivíduo enquanto factor de desenvolvimento territorial	07
2.2. As TIC enquanto factor de desenvolvimento territorial	09
2.3. Irrelevâncias e relevâncias territoriais. O valor do face-a-face nas vivências Individuais	12
3. Cultura e Identidade, Criatividade e diversidade, Cidadania e inclusão	15
3.1. O papel da cultura e da construção de identidades	16
3.2. O papel da criatividade e da diversidade	17
3.3. Cidadania, participação e inclusão	21
4. Indivíduos e organizações. Contributos para um urbanismo supra-estrutural na sociedade informacional	23
4.1. (Re)configuração dos indivíduos e da esfera pública. A valorização da experiência e da informalidade no sentido de mais participação	26
4.2. (Re)configuração das organizações e políticas públicas. Diversidade e Inclusão	29
4.3. (Re)configuração dos territórios. A valorização do “software” em detrimento do “hardware”. A valorização das pessoas	35
Conclusão	39
Fontes	43
Bibliografia	44
Anexos	I

ÍNDICE DE QUADROS

4.1.1. – Story Telling	III
4.1.2. – “Cais 14”, Projecto de Teatro de Comunidade	IV
4.2.1. – Pólo de Indústrias Criativas da Universidade do Porto (PINC)	V
4.2.2. – Land Share	IX
4.3.1. – Detroit FAB Lab	XI
4.3.2. – Creative Place Making – Construção criativa de lugares	XIII

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

OSTV	Open Source TV
PINC	Pólo de Indústrias Criativas da Universidade do Porto
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
SEA	Sociedade Euterpe Alhandrense
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UPTEC	Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto

INTRODUÇÃO

O espectáculo “Expensive Soul Symphonic Experience”, realizado a 28 de Abril de 2012 no Pavilhão Multiusos de Guimarães, no âmbito do evento “Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura” estava prestes a terminar. Em palco, a Fundação Orquestra Estúdio, sob direcção do Maestro Rui Massena, reunia cerca de cem músicos de várias nacionalidades. A apresentação foi feita individualmente, o microfone circulando pelas mãos de todos. Cada um deles teve assim a oportunidade de se apresentar, na forma mais utilizada por qualquer um de nós, sem que a isso nos obrigue uma particular reflexão. Primeiro, o nome próprio, às vezes também o apelido. Depois, a cidade ou o país de origem. Esta identidade individual construída com base numa união de facto entre *ser* e *estar* (que na língua francesa se verbaliza aliás numa única palavra – *être*) é o ponto de partida para a análise que propomos, no âmbito do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação.

Contrapondo a argumentação de que, em resultado da globalização e do desenvolvimento tecnológico, “a geografia está morta”¹, pretendemos analisar algumas das opções possíveis em termos de desenvolvimento e afirmação territorial no contexto da sociedade em rede, sublinhando três factores que nos parecem particularmente relevantes para esse mesmo desenvolvimento: a Cultura, a Criatividade e a Cidadania.

A metodologia adoptada consistiu na leitura de literatura existente, procurando ir ao encontro de abordagens multidisciplinares sobre a matéria: sociologia, economia, cultura, urbanismo, são alguns dos exemplos. Tendo por ponto de partida as ideias defendidas por alguns dos autores analisados, como é o caso de Manuel Castells e Richard Florida, foi também feita uma pesquisa na Web por entidades e/ou projectos que desenvolvessem a sua actividade no território, e que pudessem representar exemplos práticos quanto à forma pela qual os três factores indicados acima podem contribuir para o desenvolvimento dos territórios. Essa pesquisa conduziu-nos às mais diversas entidades e organizações, que nos levaram à descoberta de um muito elevado número de projectos nesta área e uma enorme diversidade de acções possíveis de destacar. Foram assim seleccionados alguns deles para ilustrar as propostas presentes no capítulo 4, contactando directamente com os seus responsáveis (virtual ou presencialmente) sempre que possível. Foi o caso do PINC – Pólo de Indústrias Criativas da Universidade do Porto e das empresas incubadas CLAAAN e OSTV; do Projecto Land Share, no Reino Unido; do Projecto “Detroit FAB Lab”, nos Estados Unidos. E também do Projecto “Cais14”, que resulta de um envolvimento directo na sua concepção e realização.

A não-referência a projectos *mainstream*, já amplamente conhecidos e estudados, como seria o caso de Silicon Valley ou Hollywood foi uma opção metodológica, já que muitas das

¹ Florida, 2002: 219

leituras realizadas e a própria argumentação desenvolvida salientam a importância de projectos de menor escala, favorecendo as características próprias e únicas de cada lugar.

Foi também uma opção para este trabalho não recolher dados ou analisar dados. Toda a nossa argumentação pretende sublinhar a importância do carácter único e peculiar de cada território, tal como se verifica com qualquer indivíduo. É na diversidade dos exemplos enunciados, nas particularidades de cada comunidade e nas potencialidades distintas que cada região tem para se afirmar num mundo globalizado, que consideramos estar a chave para o seu desenvolvimento. Sem pretender com isto desvalorizar a importância das análises quantitativas, aquilo que nos propusemos no presente trabalho foi reflectir sobre outros factores, que nos parecem igualmente essenciais para a afirmação dos territórios.

1. Globalização cultural, sociedade em rede, indivíduos e organizações. O problema da desfragmentação territorial.

Toda a problemática tem um ponto de partida. Não há questionamento sem os pressupostos que nos remetem para as questões a colocar. Tal como na própria existência, não há percurso sem início. Não há presença física sem um chão por baixo dos nossos pés. Começamos assim por identificar os aspectos que consideramos mais relevantes para a problemática a enunciar, ao abordar os territórios, as organizações e os indivíduos, no contexto da sociedade em rede. O nosso ponto de partida é a globalização cultural, a generalização das TIC, a hipertrofia do indivíduo e a crise de identidade das organizações responsáveis pela gestão territorial, no contexto da sociedade ocidental – europeia e americana.

O fenómeno da globalização cultural, associado às inovações tecnológicas ao nível da comunicação, informação e conhecimento que caracterizam a nossa sociedade, conduziu a mudanças estruturais profundas, sociais e individuais, no sentido de uma maior complexidade. É incontornável a referência às características hegemónicas da globalização. Mas essa hegemonia não esgota os processos diametralmente opostos que dão a conhecer ao mundo, pela sociedade em rede, as diferenças e especificidades locais: “A globalização não é um processo de supressão das diferenças – segmentação, hierarquização – mas sim de reprodução, reestruturação e sobredeterminação dessas mesmas diferenças. É um processo dúplice de simultânea revelação/anulação de diferenças, diferenciação/homogeneização e democratização/hegemonização cultural.”² No seio desta tensão entre fenómenos hegemónicos por um lado, e de afirmação de “particularismos culturais”³ por outro, encontramos as

² Melo, 2002: 39

³ Lipovetsky e Serroy, 2008: 23

sociedades e os próprios indivíduos. Conceitos como os de tradição, comunidade, bem como as noções do espaço e do tempo, sofrem profundas alterações na tabela de valores⁴.

Da mesma forma que a globalização é indissociável do desenvolvimento tecnológico, também a construção da identidade individual é trespassada por essas tecnologias e, de uma forma mais ampla, pela sociedade em rede. Sublinhamos por isso que toda a análise a desenvolver *presume a presença na sociedade em rede*⁵. Esta presunção não deixa de ter presentes as assimetrias verificadas à escala global nas condições de acesso aos meios tecnológicos ou na literacia digital necessária para que esse mesmo acesso seja “esclarecido”. Mas parece-nos muito pertinente registar também a generalização das ondas de influência que a sociedade em rede exerce em todo o mundo, mesmo naquele que se poderá dizer infoexcluído: “(...) a sociedade em rede difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De facto, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas razões de poder que interagem nas redes globais da organização social.”⁶

Num contexto social em que a tecnologia está presente e é ao mesmo tempo imanente, o indivíduo constrói a sua identidade no mundo global, numa tendência hipertrófica que em Lipovetsky e Serroy é enfatizada pela expressão “*homo individualis*”⁷. Uma individualidade que se constituiu “(...) como código genético das sociedades democráticas modernas”⁸. Este mesmo aspecto é também referido por Richard Florida na caracterização da Classe Criativa⁹ e parece conduzir-nos à ideia de uma desvinculação das pessoas em relação aos territórios onde vivem, se tivermos como ponto de comparação um período pré-moderno, em que a construção da identidade comunitária mas também individual estaria directa e intimamente ligada ao território. Hoje em dia, as vivências individuais reflectem a globalização e a inovação tecnológica inerentes à sociedade em rede. Essas inovações extravasam as barreiras físicas do espaço e do tempo e o indivíduo constrói a sua existência no espaço de fluxos¹⁰. A vivência do espaço de lugares perde relevância e importância, assim como a vivência em comunidade. Será mesmo assim?

Parece-nos importante recordar uma ideia presente na filosofia Platónica, mas também em outros pensadores ao longo da história¹¹, de que o indivíduo só faz sentido enquanto

⁴ Giddens, 1994

⁵ Castells, em Castells e Cardoso, 2005: 26

⁶ Idem: 18

⁷ Lipovetsky e Serroy, 2008: 60

⁸ Lipovetsky e Serroy, 2008: 59

⁹ Florida, 2002: 77

¹⁰ Castells, 2002: 535

¹¹ Aristóteles e Locke, por exemplo.

elemento de uma comunidade e que, ao pensar-se a si próprio, pense também (n)os outros e (n)a comunicação com estes. Deste ponto de vista, o sentido da existência de qualquer indivíduo estará intimamente ligado à existência de uma comunidade da qual se faz parte, numa perspectiva naturalista do indivíduo enquanto cidadão. Será então legítima a analogia entre a hipertrofia do indivíduo anteriormente referida com a “queda do homem público”? Será que os espaços públicos (mesmo fisicamente falando) tendem a desaparecer?¹² Poderemos atribuir à tendência para valorizar cada vez mais os aspectos da vida quotidiana individual, o motivo fundamental que está por trás da desistência do indivíduo da sua vertente de cidadania? Ainda que a resposta não seja tão fácil de encontrar quanto a pergunta de formular, parece consensual a noção de que o sistema político, em particular o democrático, sofre nos nossos dias de um *deficit* de participação. “(...) os problemas da democracia podem ser entendidos, numa larga escala, precisamente por consistirem num muito reduzido envolvimento cívico e pouca preocupação pelo bem público.”¹³

Todos estes factores associados, ao mesmo tempo que produzem alterações profundas nos indivíduos, têm também um forte impacto no que às organizações diz respeito, conduzindo-as a uma crise de identidade: “O controlo do Estado sobre o tempo e o espaço tem sido contornado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação.”¹⁴ A fluidez das fronteiras físicas, a perda de valor dos recursos naturais do território no mercado de capitais, a dispersão dos indivíduos em relação a valores ligados à comunidade onde se encontram e o conseqüente desinteresse pela coisa pública conduzem a um esvaziamento de muitas das funções de gestão fundamentais dos Estados e das organizações de um modo geral. Afinal, se o território é irrelevante, é apenas natural que se torne também irrelevante a sua gestão.

Parece-nos necessário aprofundar os conceitos de espaço de fluxos e espaço de lugares, considerando, quer as dinâmicas de vivência individuais, quer as das próprias organizações. “(...) enquanto a lógica social parece moldar-se em torno do *espaço de fluxos*, um espaço sem identidade definida, pois é global, culturalmente diversificado e radicalizador dos conceitos de espaço e tempo, a maioria das pessoas habita no *espaço de lugares*. (...)”¹⁵. Mas na verdade, mesmo as pessoas que dispõem de condições de acesso ao espaço de fluxos, estão necessariamente no espaço de lugares. Trata-se de uma evidência existencial: *a compressão do espaço-tempo decorrente da sociedade informacional não elimina o facto de existirmos sempre em algum lugar*. Nessa medida, a consideração de que o território não é importante torna-se, no mínimo, questionável, quer no que à construção das identidades in-

¹² Nascimento, 2003 e Rubio, 2009

¹³ Dahlgren, 2009: 67

¹⁴ Castells, 2007: 357

¹⁵ Cardoso, 2006: 108

individuais diz respeito, quer em termos de desenvolvimento económico e social. Em algum momento as pessoas serão indiferentes às condições de vida do lugar onde se encontram? “À nossa capacidade para estarmos ligados e móveis contrapõe-se o nosso enraizamento físico. É o ambiente imediato que nos impõe horários diários, semanais, necessidades prementes, embora ao toque de um botão num teclado, estejam imediatamente disponíveis quantidades infinitas de informação e de ideias.”¹⁶

As organizações cuja actividade seja fundamentalmente económica podem de facto tornar a sua existência cada vez mais independente do espaço de lugares. Já as organizações cuja lógica de funcionamento seja outra, como é o caso do Estado ou outras organizações locais de administração pública, continuam a encontrar no território a razão própria da sua existência. No que aos indivíduos diz respeito, por muito que se multipliquem as vivências no espaço de fluxos, sempre chega o momento em que a vida decorre *offline*, num qualquer território. Pelo que o espaço de lugares não nos constitui menos do que o próprio espaço de fluxos: “O espaço e o tempo são as principais dimensões materiais da vida humana.”¹⁷

É neste contexto de um mundo globalizado e individualizado, ligado em rede mas desligado da coisa pública, com a consequente crise de identidade dos estados e das organizações, e aparentemente dos próprios indivíduos, que nos parece pertinente reflectir sobre o território e o papel que este poderá (ou não) desempenhar na sociedade actual. *Qual o papel dos territórios na vida individual e social? O que é que os territórios têm para dar às pessoas que só eles podem oferecer? Qual o contributo individual possível para aumentar a competitividade e o desenvolvimento territorial, num mundo globalizado e ligado em rede? Que papel cabe hoje em dia aos estados e às organizações desempenhar neste mesmo contexto?* Na análise a realizar, abordaremos a Cultura, a Criatividade e a Cidadania, enquanto contributos possíveis para o desenvolvimento dos locais e para a enunciação de respostas às questões agora levantadas.

2. Desenvolvimento territorial na sociedade em rede. Potencialidades e desafios.

No capítulo anterior enunciámos alguns aspectos que parecem apontar para a irrelevância dos territórios na sociedade em rede. Assinalámos contudo outros, que indiciam a possibilidade de análise desta questão sob outros pontos de vista. A argumentação que relaciona os territórios com o desenvolvimento, quer pessoal, quer social, é defendida por vários autores¹⁸, sublinhando a importância de pensar o território e a definição de (novas) políticas que permitam a sua afirmação no contexto global e na sociedade em rede. As novas opções a adoptar implicam necessariamente o reconhecimento das alterações que decorrem do actu-

¹⁶ Landry, 2000: 25

¹⁷ Castells, 2002: 493

¹⁸ Florida 2002 e 2005, Landry 2000 são alguns dos exemplos analisados.

al contexto histórico. Nesse âmbito será particularmente abordada, nos capítulos seguintes, a questão da cultura, da criatividade e da cidadania. Contudo, antes de prosseguir com a nossa análise, é importante clarificar o que entendemos por desenvolvimento territorial.

Se atentarmos numa definição mais tradicional para a palavra “desenvolvimento” encontramos, entre outros sinónimos: progresso, evolução, crescimento. Em todos eles está subjacente a noção genérica de um caminho num determinado sentido. Consideremos por isso que ao falar de desenvolvimento nos referimos a que algo, ou alguém, segue uma direcção ascendente, num sentido positivo de “mais ser”. Esta perspectiva evolucionista parece ser adequada em qualquer circunstância, nomeadamente na presente análise. Não podemos no entanto ignorar que ela permanece ancorada num conceito de continuidade temporal que justamente é posto em causa pela sociedade informacional. Na pós-modernidade, a própria evolução histórica parece já não obedecer a essa lógica de “mais ser” que ao longo de muitos séculos foi tida como um dado adquirido, tal como nos refere Mike Featherstone quando afirma que “(...) O pós-modernismo deve ser entendido como «o fim da História» no sentido do fim da crença nas possibilidades de ultrapassar o presente, para se atingir algo de verdadeiramente «novo» (...)”¹⁹ Será legítimo afirmar que a sociedade informacional pôs um ponto final no evolucionismo histórico? Julgamos legítimo considerar que, no mínimo, lhe introduziu muitas lateralidades, o que se reflecte também ao nível dos territórios.

Consideramos por isso que deve existir cautela no encarar do desenvolvimento como algo evolutivo no sentido exclusiva e permanentemente ascendente. A realidade dos nossos dias enfatiza a ideia de desenvolvimento sustentável, ou seja, um desenvolvimento que mantendo a perspectiva de “mais ser”, o faça sem comprometer igual possibilidade para as gerações vindouras. Esta visão lateral pode representar, em muitos momentos, outros sentidos (criativos?) que não apenas o ascendente. É neste horizonte de sustentabilidade que localizamos o nosso conceito de “desenvolvimento” quando aplicado aos territórios, o que se traduz em padrões elevados de bem-estar na vida de todos os dias para as pessoas que neles habitam e indo para além de uma definição de desenvolvimento apenas fixada em aspectos económicos. “É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projecto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre actores, interesses e projectos de natureza social, política e cultural”²⁰.

Sendo possível analisar o desenvolvimento de um território a partir das mais diferentes perspectivas, desde a económica, a tecnológica, a ambiental ou a social, interessa-nos particularmente sublinhar a importância das pessoas, do ser humano enquanto mais-valia para

¹⁹ Featherstone, em Fortuna, 1997: 85

²⁰ Milani, 2003: 1-2

a competitividade dos locais. Daremos conta das teses defendidas por alguns autores que apontam nesse sentido, sublimando o valor criativo dos indivíduos e a importância dos seus contributos para o crescimento da economia e da competitividade do território. Mas para o conceito de desenvolvimento territorial que aqui pretendemos apresentar, é da maior importância que o crescimento económico e a afirmação da competitividade de um local esteja também intimamente ligado a níveis elevados de bem-estar das populações que nele vivem, a sentimentos de pertença, de identidade e de ligação comunitária por parte desses mesmos indivíduos, à sustentabilidade dos recursos infra-estruturais e supra-estruturais. No ponto seguinte, falaremos por isso do indivíduo enquanto factor de desenvolvimento territorial, embora não numa perspectiva instrumental, mas sim de integração cultural e social.

Consideramos ainda, no presente capítulo, uma abordagem mais aprofundada do papel das TIC no desenvolvimento dos territórios, especificamente nas suas potencialidades ao nível da interactividade e conectividade. Ao desenvolvimento territorial não são alheios aspectos como a existência de emprego e boas condições de habitabilidade, mas também, ao nível tecnológico, a generalização do acesso às fontes de informação e conhecimento da sociedade em rede são da maior importância. São estas as ferramentas dos nossos dias para reforçar sentimentos de identificação com os locais, participação cívica, sendo também por isso, motores essenciais para um desenvolvimento sustentado numa sociedade de indivíduos criativos.

Finalmente, procuraremos evidenciar a importância das vivências face-a-face, sublinhando a interpenetração do mundo *offline* e do mundo *online* como característica própria da nossa realidade social, evidenciando as falácias inerentes a qualquer argumentação baseada numa análise dicotómica entre estas duas realidades.

2.1. O indivíduo enquanto factor de desenvolvimento territorial.

Falámos em momento anterior da crescente importância dos valores individuais na sociedade. Face à multiplicidade de referências que nos surgem trazidas pela sociedade em rede, cada indivíduo é responsável pela construção da sua própria identidade. Uma “vida à escolha”²¹, que se reflecte também num elevado grau de incerteza quanto às motivações individuais de fixação num determinado território. Paralelamente, num mundo globalizado repleto de indivíduos entregues a si próprios, a criatividade é cada vez mais reconhecida como o potencial “motor” do mundo pós-moderno, sendo para ela dirigidas todas as esperanças de crescimento social e económico. Na sociedade informacional, especialmente com a generalização do uso da internet, cada indivíduo *tem* e *é* o seu próprio capital social. Contudo, se tal como defende Richard Florida, “devemos reconhecer o facto de que todo e qualquer

²¹ Lipovetsky e Serroy, 2008: 60

ser humano é criativo”²², em que medida este “deslumbramento” com a criatividade pode traduzir-se em desenvolvimento local? A potencialidade não se traduz necessariamente em efectividade, pelo que se o nosso contexto histórico nos permite por vezes alertar para o *determinismo tecnológico*, julgamos também importante referenciar os riscos inerentes a uma linha de pensamento que nos conduza a um *determinismo criativo*.

Richard Florida dedica parte significativa do seu trabalho ao estudo dos factores que, do seu ponto de vista, contribuem para o desenvolvimento local²³. Todo o seu trabalho incide na análise da capacidade criativa do ser humano, considerando que o desenvolvimento dos locais passa por aumentar a percentagem de pessoas que se envolvam em actividades criativas – a classe criativa. O seu “índice global de criatividade” mede a competitividade criativa das nações de acordo com os “(...) «3 T’s» de crescimento económico: Tecnologia, Talento e Tolerância.”²⁴ Mas um outro aspecto referido pelo mesmo autor e outros²⁵ assume particular relevância ao reflectir sobre o papel do indivíduo enquanto factor de desenvolvimento territorial: a diversidade.

A diversidade, que no pensamento de Richard Florida tem enquadramento na esfera da Tolerância, é considerada a chave para o alargamento das potencialidades de desenvolvimento das regiões. Julgamos porém que, na perspectiva da criação de condições efectivas para a exploração da capacidade criativa individual, o pensamento do autor citado fica aquém do necessário. Por motivos que procuraremos demonstrar de seguida, acreditamos que de pouco servirão políticas de estímulo à diversidade populacional, de tolerância em relação às minorias tais como as referidas por Florida ou outras (*gays*, mas sobretudo minorias étnicas, emigrantes) se a par dessas medidas não existirem políticas concertadas de *inclusão*. Parece-nos contudo demonstrável a importância do potencial criativo dos indivíduos para o desenvolvimento territorial. Não só pelos autores consultados, mas também pelo próprio processo histórico que acentua o papel da individualidade na sociedade, o desenvolvimento do território está intimamente ligado ao potencial criativo das pessoas que nele vivem. Mas quais as políticas mais adequadas para potenciar a criatividade? Como assegurar a diversidade, como promover a fixação das “pessoas certas”²⁶ num determinado território, assegurando ao mesmo tempo a sua inclusão?

Existem diferentes medidas possíveis com vista à motivação e fixação de pessoas nos locais, para além de um mercado de trabalho com salários atractivos. “A motivação das pes-

²² Florida, 2005: 19

²³ Florida, 2002 e 2005

²⁴ Florida, 2005: 9

²⁵ Landry, 2000: 35

²⁶ Trasforini, em Crane et al, 2002: 186

soas criativas sempre exigiu mais do que dinheiro.”²⁷ A própria sociedade em rede trouxe consigo alterações profundas nas vivências individuais e os factores tradicionais da organização da vida pessoal e profissional são hoje em dia muito difusos. Não é por isso indiferente aos indivíduos o ambiente no qual estão inseridos, os desafios profissionais que lhes são apresentados, a flexibilidade de horários, a estabilidade de emprego. Mas são também relevantes outros factores, tais como a oferta cultural, os recursos naturais, um custo de vida acessível, os quais podem resumir-se num conceito mais amplo de *estilo de vida* que nos remete para a importância das vivências e das experiências decorrentes da hibridiz do mundo *offline* e do mundo *online*.

Recordemos o princípio de desenvolvimento sustentável referido anteriormente. O critério da sustentabilidade leva-nos a considerar a necessidade de, em consequência da promoção da *diversidade* e da *inclusão*, se verificarem também acções estruturadas de *construção de identidades* e de *vínculos afectivos aos locais*. O processo será inútil se for “de fora para dentro”, e é nessa medida que assumem particular relevância as medidas de construção das identidades territoriais, onde a cultura e as indústrias culturais têm, do nosso ponto de vista, um papel relevante a desempenhar (ver ponto 3.2.).

Em resumo, argumentamos que os indivíduos terão tanto mais relevância para o desenvolvimento dos territórios consoante a capacidade destes para atrair e fixar as suas populações, aplicando medidas que promovam a criatividade e que, acima de tudo, garantam uma vinculação afectiva e a construção de uma identidade colectiva em relação a um determinado local. Para a concretização destas medidas, a sociedade em rede é fundamental. Se é verdade que a criatividade enquanto potencial é eminentemente individual, a sua consubstanciação implica o estabelecimento de relações e ligações. Afinal, “a capacidade criativa não se gera pelo isolamento”²⁸. A construção de vínculos afectivos, o desenvolvimento de sentimentos de pertença, ocorre simultaneamente *online* e *offline*. As tecnologias de informação e comunicação, que abordaremos no item seguinte, têm um importante e insubstituível papel a desempenhar, ao potenciarem essa interactividade: “Nas cidades e territórios do conhecimento a criação de riqueza decorre fundamentalmente da capacidade relacional de indivíduos e de instituições e da sua capacidade para gerir os meios e recursos existentes no território.”²⁹

2.2. As TIC enquanto factor de desenvolvimento territorial.

As TIC são ferramentas pelas quais se concretiza a construção da identidade individual e colectiva, sendo incontornável que pensemos o território tendo em conta os factores de “co-

²⁷ Florida, 2002: 87

²⁸ Landry, 2000: 106

²⁹ Serrano et al, 2005: 13

nectividade e a cooperação”³⁰ que lhe estão inerentes. A existência de uma infra-estrutura tecnológica, as redes responsáveis pela difusão de todos os tipos de informação, comunicação e, desejavelmente, conhecimento, são também meios necessários para a concretização da criatividade e do talento individual.

Importa salientar as limitações inerentes a uma análise que considere de forma estanque as questões relativas ao “mundo virtual” e ao “mundo real”, ou mesmo “global” e “local”. Do nosso ponto de vista, estas dicotomias poderão favorecer abordagens analíticas, mas terão que ser relativizadas se o nosso objectivo for uma compreensão mais abrangente da realidade em que vivemos. Na verdade, “as pessoas integraram as tecnologias nas suas vidas, ligando a realidade virtual com a virtualidade real.”³¹ Característica própria da modernidade e também das identidades individuais é a hibridez e pluralidade de referências, culturais ou outras. Voltamos à temática da compressão do espaço e do tempo pela via da sociedade informacional, para sublinhar o que esta visão pode conter de determinista. A sociedade informacional torna difusas e por vezes irrelevantes as fronteiras geográficas e os campos de acção de instituições e do próprio Estado-nação. Parece-nos incontornável o papel determinante da sociedade em rede e das TIC, na introdução de profundas alterações na sociedade, invertendo em alguns casos a tabela de valores, instituindo como centrais, também do ponto de vista económico, questões ligadas directamente à informação. Estas alterações, tal como argumenta Castells, levam-nos a considerar a sociedade actual como uma sociedade informacional, indo além de uma sociedade da informação.³² Mas julgamos poder demonstrar que as vivências *online* não ganham uma importância exponencial ao ponto de tornar irrelevantes as vivências *offline*.

É neste contexto que nos parece pertinente encarar as TIC, e a própria sociedade em rede. Não enquanto factor de dispersão territorial mas sim por aquilo que estas tecnologias representam enquanto factores de desenvolvimento territorial. “(...) a conectividade digital não diminui a importância dos lugares ou da arquitectura e urbanismo locais, mas, pelo contrário, cria novas e poderosas maneiras de acrescentar valor a esses lugares.”³³. Afinal, a convivência pacífica está patente na vida da maior parte de nós, podendo encontrar-se facilmente nas TIC as ferramentas para potenciar as oportunidades inerentes a cada lugar³⁴.

³⁰ Tubella, em Castells e Cardoso, 2005: 287

³¹ Castells, em Castells e Cardoso, 2005: 23

³² Castells, 2002: 25. Optamos nesta altura por não abordar a parcialidade desta visão do mundo, onde muitas e importantes realidades sociais se concretizam todos os dias sem cabos, *modems* ou rede *wireless*. É sem dúvida uma análise importante mas que nos remeteria para outras reflexões que não serão consideradas neste estudo.

³³ Mitchell, em Castells e Cardoso, 2005: 343

³⁴ Gurstein, 1999

Acreditamos que um dos aspectos mais marcantes que podemos associar ao desenvolvimento dos territórios é a interactividade e a conectividade inerentes à sociedade informacional. São estas ligações em rede que potenciam também a criatividade e a canalizam para aplicações práticas que vão além dos talentos individuais. Uma abordagem que vários autores consideram fundamental na análise da temática da criatividade³⁵. “No que tange às redes comunitárias, é importante reconhecer as novas potencialidades que a internet proporciona para fomentar estruturas de rede no âmbito da vizinhança e de cidades e, dessa maneira, fortalecer comunidades locais e melhorar as condições de vida locais.”³⁶ É fundamental porém a existência de literacias digitais que sustentem o seu bom uso. Autores como Manuel Castells e John Short³⁷ sustentam a necessidade de acentuar o papel das interações sociais, indo para além das ferramentas disponibilizadas pela infra-estrutura tecnológica. A conectividade assume-se assim como um elemento incontornável para o desenvolvimento de medidas de estímulo à criatividade individual mas também social, sendo também de sublinhar como diferentes dinâmicas territoriais se apropriam, ao mesmo tempo que são apropriadas, pelas dinâmicas da sociedade em rede.

Este aspecto remete-nos de novo para a construção das identidades e o seu papel na atribuição de sentido e significado à sociedade, esteja ela *online* ou *offline*. Um sentido que consubstancia o desenvolvimento, um significado que consubstancia a sustentabilidade. A par do espaço de fluxos³⁸ tem que ser também considerado o espaço de lugares, no importante papel desempenhado ao nível das dinâmicas sociais: “O espaço de fluxos organiza a simultaneidade das práticas sociais a distância, através dos sistemas de informação e telecomunicações. O espaço de lugares privilegia a interacção social e a organização institucional tendo por base a contiguidade física. O traço distintivo da nova estrutura social, a sociedade em rede, é que a maioria dos processos dominantes, que concentram poder, riqueza e informação, é articulada no espaço de fluxos. A maior parte da experiência e dos significados humanos, contudo, concentra-se ainda no espaço dos lugares.”³⁹ Existem é claro muitos factores ambientais, culturais e identitários que determinam diferenças substanciais entre os territórios. São factores de diversidade, espelhada também na forma como cada uma dessas tecnologias é apropriada. “A rua, a cidade, enquanto espaço de encontro e provocação aos cidadãos, espaços de diferentes nacionalidades continuam a caracterizar o dia-a-dia só que numa nova lógica, incluindo agora também novas dimensões da proximidade *mediada*

³⁵ Watson, 2007: 420

³⁶ Frey, 2003: 176

³⁷ Castells, em Castells e Cardoso, 2005: 17; Short, 1989: 75

³⁸ Castells, 2002

³⁹ Castells, 2007: 218

através das tecnologias de informação.”⁴⁰. Verificamos que a sociedade é influenciada pelos *media* mas as suas vivências também dão conta de uma apropriação das ferramentas tecnológicas disponíveis na sua actividade social. A pedra de toque está afinal na observação dessas apropriações e na capacidade de potenciar as tecnologias em função de actividades criativas que permitam o desenvolvimento económico e social dos territórios. Algo intimamente ligado à questão da participação, já que pela via da tecnologia são disponibilizadas ferramentas que propiciam essa aproximação e discussão sobre a coisa pública.⁴¹ Que uso efectivo vem a ser feito dessas ferramentas, no âmbito da participação cívica, é algo ulterior à tecnologia, claramente mais dependente da literacia e da própria vontade individual.

2.3. Irrelevâncias e relevâncias territoriais. O valor do face-a-face nas vivências individuais.

Vimos em momento anterior que, através das TIC, a vivência dos territórios por parte dos indivíduos adquire outras dimensões. A sociedade em rede abre caminhos para o acesso em tempo real a informação sobre os mais diversos acontecimentos em todo o mundo, ao exercício de uma profissão independentemente do local onde se esteja, ao contacto com outras pessoas em países longínquos. Tudo isto são bons exemplos das profundas alterações na forma como encaramos hoje em dia o território. Uma realidade que provoca constrangimentos à gestão política e deixa o Estado-nação numa espécie de “crise existencial”, à medida que perde poder de influência em favor de outras entidades, responsáveis pela movimentação do capital à escala global. Julgamos contudo que vale a pena procurar compreender um pouco melhor aquilo que permanece relevante no território, e que só ele pode dar aos indivíduos. Aquilo que propomos no presente item é que analisemos justamente estas relevâncias, num contexto de tantas irrelevâncias territoriais, adoptando as mesmas expressões em “off” que utilizamos em “on”.

O território é muito relevante quando se trata de conectividade e interactividade *offline*. “O nosso mundo é um mundo de comunicação *mediada* por tecnologias como o lápis e o papel, o telefone, a televisão e a internet. E continua a ser também o mundo da comunicação face a face.”⁴². Esta valorização do face-a-face manifesta-se na crescente importância atribuída aos *estilos de vida*, assentes em pressupostos de bem-estar. “De um modo geral (...), estamos a passar do «consumo de bens» para o «consumo de experiências».”⁴³ Os estilos de vida consubstanciam-se em *experiências* que acontecem em *locais*. Este pressuposto de vi-

⁴⁰ Cardoso, 2006: 69

⁴¹ Morrisett, em Jenkins, 2004: 28

⁴² Cardoso, 2006: 101

⁴³ Florida, 2002: 162

da com bem-estar está intimamente ligado às necessidades individuais de consumo, que na sociedade informacional vão para além da posse e usufruto de bens.

Qualquer um de nós, em muitos momentos, é um “ser virtual”. Mas a nossa existência não se esgota nessa virtualidade. Mesmo na nossa dimensão “virtual”, existimos *sempre* no espaço-tempo, e nesse sentido, o espaço de lugares encontra naturalmente a sua relevância. Esta emergente valorização de uma vida de experiências é a consubstanciação deste facto. Os territórios, sejam eles entendidos enquanto cidades, regiões ou nações, têm os seus factores de desenvolvimento muito associados ao reconhecimento de que, de um modo geral, os indivíduos valorizam locais dotados de tecnologia e outro tipo de infra-estruturas capazes de garantir bons níveis de bem-estar material, mas também, e cada vez mais, aqueles que lhes proporcionem experiências de vida gratificantes, seja a nível pessoal, seja profissional. A valorização das experiências e de estilos de vida pautados pelo bem-estar são evidenciados por autores como Gustavo Cardoso⁴⁴ e Charles Landry, este último sublinhando também o papel dos territórios ao nível da construção de identidades e de sentimentos de pertença: “A qualidade de vida está fortemente ligada ao espaço em termos ambientais e em termos mais pessoais e subjectivos. A ligação ao lugar é vista como um núcleo de valores e sentimentos; muito mais do que um ambiente, ele dá vivências com significado, é uma necessidade humana fundamental e é reforçado quando as pessoas estão envolvidas na sua estruturação. (...) O mundo físico tem propriedades sensitivas fundamentais, que fazem com que estar efectivamente lá seja a melhor das experiências.”⁴⁵ Constatemos então o óbvio: mesmo num mundo altamente dominado pela tecnologia e pela comunicação em rede, a verdade é que há lugares melhores do que outros para se viver. E por isso mesmo, pela valorização das experiências de vida local, surge a necessidade de nos debruçarmos em concreto sobre a vivência na cidade, à qual diversos autores⁴⁶ atribuem as maiores potencialidades de concentração de potencial criativo, indo aliás ao encontro das teses defendidas por Richard Florida no que à diversidade diz respeito: “(...) o papel das cidades é reunir e aumentar o capital humano, e uma vez que locais com maior capital humano crescem mais rapidamente do que aqueles com menor, as urbanizações são elementos-chave para a inovação e o crescimento produtivo.”⁴⁷ Através da diversidade, as cidades são assim palco privilegiado para a criatividade. É em ambiente urbano que privilegiadamente a criatividade individual se pode reflectir na esfera pública. É através de actividades concretas vividas no espaço e no tempo que as dinâmicas locais constroem e afirmam a sua identidade.

⁴⁴ Cardoso, 2006: 68

⁴⁵ Landry, 2000: 37

⁴⁶ Castells E Himanen, 2007, Florida, 2005, Hartley, 2005, Crane et al, 2002

⁴⁷ Florida, 2005: 38

A cidade ganha assim uma importância que se sobrepõe, em algumas áreas, ao poder dos próprios Estados-Nação (muitas vezes estrangidos na sua actuação pelas pressões decorrentes da globalização), no âmbito da gestão do território. O seu dinamismo e capacidade de concretização de medidas que contribuam directamente para a qualidade de vida dos indivíduos, para a sua competitividade social e económica dão-lhe ferramentas que mais directamente podem ser aplicadas segundo este princípio de valorização da experiência face-a-face, tendo por base uma identidade colectiva que não raras vezes cai fora de organizações mais amplas (como é o caso dos próprios Estados-Nação). Manuel Castells e Pekka Himanen⁴⁸ referem o caso finlandês como o exemplo de uma região emergente em matéria de competitividade, que se mostrou capaz de potenciar o desenvolvimento tecnológico e a sociedade informacional, assumindo contudo as características próprias da sua cultura, construindo uma identidade própria e (por isso mesmo) mais competitiva.

Concluimos por isso que as potencialidades de desenvolvimento dos territórios se consubstanciam nas vivências face-a-face, num estilo de vida pautado pelo bem-estar. As cidades, pela sua capacidade de atracção e concentração de maior diversidade de talento humano criativo, detêm ferramentas privilegiadas para a criação de dinâmicas competitivas. “As pessoas e os projectos criativos precisam de se firmar em algum lugar. Uma cidade criativa requer terra e edifícios a preços acessíveis, especialmente para os mais jovens empresários ou empreendedores sociais. (...) Reciclar antigos edifícios industriais é hoje em dia um *cliché* da regeneração urbana, mas isso não o torna menos válido.”⁴⁹

Julgamos ainda importante sublinhar a importância de medidas que trabalhem o estilo de vida e as experiências face-a-face, não enquanto vivências pontuais, mas numa perspectiva da vida de todos os dias. Tal como nos refere Eduardo Yáziqi, “O que muitos não perceberam é a necessidade de o quotidiano ser tão digno de vida quanto aquilo que se experimenta excepcionalmente.”⁵⁰ São estas vivências face-a-face, na vida de todos os dias, que nos remetem para as questões da cultura e construção de identidades que, a par da criatividade e da participação cívica, serão analisadas no capítulo 3. Acreditamos que é nesta experiência quotidiana que é possível encontrar as bases para a construção de identidades partilhadas. A conectividade do espaço de fluxos favorece a interactividade, que é vivenciada também no espaço de lugares, proporcionando experiências compartilhadas⁵¹, numa interpenetração entre *offline* e *online* que é tão constituinte da nossa realidade quanto o é a própria sociedade informacional.

⁴⁸ Castells e Himanen, 2007

⁴⁹ Landry, 2000: 123

⁵⁰ Yáziqi, em Carlos e Lemos, 2005: 259

⁵¹ Castells, 2007: 34

3. Cultura e Identidade, Criatividade e diversidade, Cidadania e inclusão.

A par da argumentação anteriormente desenvolvida, julgamos importante associar a esta reflexão em torno das políticas de desenvolvimento territorial no contexto da sociedade em rede, três eixos que consideramos fundamentais: a Cultura, a Criatividade e a Cidadania. Começamos por sublinhar a importância do papel da Cultura e da construção das identidades, associadas à criação de sentimentos de pertença. “Há dois tipos de construções da identidade que são aqui relevantes: a identidade individual entendida no sentido de si próprio enquanto indivíduo, (...) e a identidade colectiva, entendida como o sentido de si próprio enquanto membro de um grupo social. Trata-se do sentido de pertença, da noção de fazer parte de uma colectividade.”⁵²

Por outro lado a Criatividade, muito directamente ligada a políticas de estímulo à diversidade, consubstanciadas em diferentes vivências dos espaços, num congregar de energias essenciais para uma maior competitividade económica dos territórios. Neste âmbito, iremos abordar especificamente as indústrias culturais, tradicionalmente associadas a actividades que têm na criatividade o seu principal alimento. A partir destas, procuraremos partir para uma visão mais abrangente que promova a criatividade para outras áreas de actividade, mantendo presente a importância da diversidade. Importa assim clarificar aquilo que entendemos por criatividade. Numa conferência inspiradora em múltiplas vertentes, proferida em 2006⁵³, Sir Ken Robinson associa a criatividade à capacidade de pensar lateralmente, bem como a uma disponibilidade para assumir riscos, sem receio de cometer erros. O autor considera que a criatividade é “um processo de produção de ideias originais, dotadas de valor”⁵⁴. Corroboramos esta perspectiva, consubstanciada também por Charles Landry no seu conceito de cidade criativa: “Os actores-chave nestes lugares que demonstram crescimento, partilham determinadas características: abertura de espírito e vontade de correr riscos; uma concentração clara em objectivos a longo prazo (...); a capacidade para trabalhar com as distinções locais e para encontrar forças em fragilidades aparentes; e vontade de ouvir e aprender. Estas são algumas das características que tornam as pessoas, os projectos, as organizações e em última análise, as cidades, criativas.”⁵⁵ Num mundo global cada vez mais esgotado naquilo que são os seus recursos materiais, no qual os próprios recursos humanos têm sido explorados de forma desigual naquilo que são as suas vertentes e potencialidades, emerge esta particular atenção sobre a criatividade como o alimento de base para novas dinâmicas de evolução social. “A competitividade já não está nos recursos imóveis e físicos tais como o carvão, a madeira ou o ouro, mas sim no poder cerebral e na criatividade alta-

⁵² Tubella, em Castells e Cardoso, 2005: 281

⁵³ Link para a conferência “TED Talks”, “Escolas matam a Criatividade?” disponível em “Fontes”.

⁵⁴ Parte 2, 3’38’’

⁵⁵ Landry, 2000: 4

mente móveis.”⁵⁶ Para estimular e desenvolver essa criatividade, evidencia-se a importância das indústrias culturais e dos seus contributos nesse âmbito⁵⁷, apostando no fundo numa maior valorização do potencial criativo dos indivíduos.

Finalmente, a Cidadania, à qual associamos o factor da Inclusão como elemento fundamental para a efectivação de uma maior participação pública. Numa relação directa com a construção da identidade colectiva e o desenvolvimento de sentimentos de pertença, argumentaremos que a vinculação afectiva ao território local é fundamental para ultrapassar o hiperindividualismo e o gradual afastamento dos cidadãos da participação democrática.

3.1. O papel da cultura e da construção de identidades.

A questão da cultura e da construção de uma identidade colectiva parece-nos essencial quando analisamos o desenvolvimento do território. Embora compreendendo a argumentação de que a herança histórica pode ser considerada, em determinados contextos, como um impedimento a esse desenvolvimento⁵⁸, parece-nos que essa mesma história é relevante para a construção das identidades, se ao seu (re)conhecimento estiverem associadas perspectivas de inovação. Apontaremos no capítulo 4 para alguns exemplos práticos⁵⁹. Contrapondo-se ao ponto de vista citado, Charles Landry sublinha que “a cultura é a panóplia de recursos que mostra o carácter único e distinto de cada lugar. Os recursos do passado podem ajudar a inspirar e a transmitir confiança no futuro. (...) A criatividade não consiste apenas numa contínua invenção do novo, mas também no modo de tratar apropriadamente do antigo.”⁶⁰ Sublinhando uma vez mais que todo o processo decorre *através* da comunicação em rede, a herança histórica não deixa, ainda assim, de ser entendida como legítimo factor desta equação, podendo ser potenciada na construção de uma identidade colectiva, num cruzamento de culturas, referências e experiências.

Numa visão híbrida desta construção de identidades individuais, estas representam aquilo que somos mas também o lugar *onde* somos. Por isso consideramos que a questão da Cultura e da Identidade converge em termos práticos para a adopção de medidas que favoreçam o surgimento de sentimentos de pertença. “O lugar dá uma dimensão cada vez mais importante da nossa identidade. Cada vez menos pessoas hoje em dia se identificam de forma duradoura com a empresa para a qual trabalham. (...) A combinação do local onde vivemos com aquilo que fazemos substituiu o factor para quem trabalhamos, enquanto ele-

⁵⁶ Landry, 2000: 33

⁵⁷ AAVV, 2009

⁵⁸ McGuigan, 1996: 124

⁵⁹ Ver quadros 4.1.1. e 4.1.2.

⁶⁰ Landry, 2000: 7

mento principal da nossa identidade.”⁶¹ Sentimentos de pertença que fazem a ponte entre uma cultura e identidade individuais para um sentimento de vida em comunidade. Neste sentido, a identidade colectiva está directamente relacionada com o local onde se está. Por outro lado, é no seio dessa mesma comunidade que se constroem os caracteres distintivos dos territórios, factor essencial para a competitividade. Trata-se no fundo de considerar a cultura de cada território e a identidade da sua comunidade como factores de competitividade. “Olhando para todos os aspectos da cultura enquanto recurso imaginativo podíamos ver como os significados incorporados na cultura tradicional ou actual criam a identidade e os valores de um lugar. A distinção local que eles expressam é vital num mundo em que as cidades cada vez mais se apresentam e aparentam ser todas iguais.”⁶² O espaço constrói-se pelo seu ambiente, pela identidade que o caracteriza e o torna distinto e é claro, pelas pessoas que nele vivem.

Propomos por isso que a existência de uma identidade cultural, de uma comunidade, seja considerada como uma estratégia de regeneração urbana ela própria, especialmente num mundo crescentemente dominado por valores individuais, em que o poder se encontra “na mente das pessoas”⁶³. Não se trata apenas de trabalhar a existência de sentimentos de pertença enquanto estratégia para a fixação de pessoas criativas num determinado território; ou de “estimular relações de afecto entre grupos de indivíduos”⁶⁴. Acreditamos que uma comunidade coesa, forte em termos de identidade colectiva, tem melhores condições de ser economicamente competitiva, desde logo porque os indivíduos que reconheçam o território como seu, estarão também mais predispostos para o exercício da cidadania.

Num mundo em que tudo pode mudar de lugar, verificamos afinal que a cultura e a identidade próprias de cada território não podem ser deslocalizadas. Neste contexto de irrelevâncias territoriais, o investimento naquilo que é próprio de cada território, a criação de estratégias de desenvolvimento social e económico assentes nessas particularidades, configura-se como um caminho possível para a emergência de factores de competitividade menos voláteis.

3.2. O papel da criatividade e da diversidade.

Richard Florida, nas obras citadas, aponta para a necessidade de criar, nos territórios, as melhores condições possíveis para que cada indivíduo desenvolva a sua própria criatividade, considerando ser este o motor fundamental para a evolução e afirmação das cidades. “A economia já não vai crescer nos países de acordo com os seus recursos naturais, capaci-

⁶¹ Florida, 2002: 324

⁶² Landry, 2000: 11

⁶³ Castells, 2007: 506

⁶⁴ Etsioni, em Jenkins e Thorburn, 2004: 85

dades de manufacção, dominação militar ou mesmo em proezas científicas e tecnológicas. Hoje em dia, os termos da competição circulam à volta de um eixo central: a capacidade de uma nação para mobilizar, atrair e reter o talento humano criativo.”⁶⁵ Por outro lado, se entendermos a criatividade como “(...) um processo baseado em valores intrínsecos e em motivação que é frequentemente espontânea, rebelde e caótica.”⁶⁶, parece-nos pertinente considerar que todas as formas de arte (visual, performativa, literária) são por excelência as actividades que, desde sempre, dependeram desta criatividade e do talento individuais. Mas julgamos que, se o que está em causa é o desenvolvimento territorial, não basta concentrarmo-nos no potencial criativo de cada pessoa. Essa criatividade só se tornará territorialmente relevante se for canalizada para a esfera pública e nessa medida, parece-nos pertinente a perspectiva de John Hartley ao considerar que “a criatividade pode ser encontrada em qualquer lugar onde as pessoas façam ou pensem coisas. Toda a gente é criativa. (...) Toda a gente a tem, mas só alguns *têm uma função social* – através dos seus empregos, vocações ou envolvimento – no sentido de criarem valor económico ou cultural a partir dela. A função social da criatividade é alcançada não por indivíduos que são criativos, mas apenas quando essas pessoas encontram lugares onde o acesso, o capital, a infraestrutura, a regulação, os mercados, os direitos de propriedade e os processos de larga escala podem rentabilizar essa criatividade.”⁶⁷ O que significa que a criatividade implica não só o potencial individual que lhe está directamente associado, mas também as diferentes dinâmicas que resultam dos relacionamentos inter-pessoais (onde a existência de redes tem um papel da maior relevância), e ainda uma capacidade de organização que transforme essa energia criativa em rentabilidade económica.

É nesta transição da criatividade individual da esfera privada para a esfera pública que nos parece importante a referência às indústrias culturais e ao seu papel enquanto dinamizadoras económicas e sociais dos territórios. Em termos económicos, verificamos que estas indústrias têm conseguido canalizar essa energia criativa para uma lógica de mercado e, em termos sociais, existe uma potencial “(...) ligação entre cultura e participação pública”⁶⁸. Acreditamos porém que uma rentabilização mais abrangente do potencial criativo individual passa precisamente pela capacidade de rentabilizar essa criatividade para além das indústrias culturais, tornando-a transversal a outros ramos de actividade. Com base na categorização desenvolvida por John Hartley⁶⁹, verificamos aliás que as actividades tradicionalmente ligadas à criatividade, e designadas por indústrias culturais, foram gradualmente abran-

⁶⁵ Florida, 2005: 3

⁶⁶ AAVV, 2009: 31

⁶⁷ Hartley, 2005: 28

⁶⁸ Silva e Santos, 2010: 31

⁶⁹ Hartley, 2005: 30-31

gendo ramos de actividade cada vez mais alargados, fazendo com que a própria designação evoluísse de indústrias culturais para indústrias criativas. A criatividade é transversal, multidisciplinar e diversa, tal como o são as próprias actividades culturais. Neste contexto faz sentido o desenvolvimento de políticas locais que associem à valorização da criatividade, a valorização da diversidade.

Estudos desenvolvidos a nível Europeu⁷⁰ apresentam um conjunto de recomendações que visam contribuir para que a Europa retire o máximo proveito da diversidade cultural que a caracteriza, incluindo referências relevantes de boas práticas registadas em diversos países da União Europeia. As recomendações incidem desde logo no reconhecimento da cultura como um importante recurso de criatividade. Propõe-se também o alargamento do uso da criatividade baseada na cultura nas políticas de incentivo à educação. E a esse nível, são fundamentais políticas que reconheçam na criatividade a sua transversalidade face a diferentes áreas curriculares.

Concluimos por isso que a criatividade deve ser considerada como transversal a qualquer indústria. Embora o domínio das artes ou das actividades culturais seja por excelência criativo, esta transversalidade significa que as políticas direccionadas para a promoção da criatividade podem produzir outros efeitos, a nível social e económico. As regiões, mas desde logo as cidades, têm neste âmbito um papel fundamental a desempenhar, na definição das estratégias de desenvolvimento e na aplicação de políticas. Serão elas próprias e os seus habitantes os principais beneficiários da eficácia destas medidas, já que onde houver maior número de pessoas haverá certamente maior concentração de potencial humano criativo, e a tendência generalizada aponta para uma cada vez maior concentração de pessoas em aglomerados urbanos⁷¹.

Por outro lado, importa sublinhar que a criatividade não é uma organização em si mesma. A este nível parece-nos pertinente a contestação às teses defendidas por Richard Florida. O que é de facto a Classe Criativa e de que forma pode ela, por si mesma, contribuir para o desenvolvimento dos territórios? O próprio autor reconhece o carácter disperso dos membros desta “classe”, o que em si mesmo destrói o próprio conceito de “classe”. “Segundo Florida, a classe criativa constitui o núcleo das indústrias inovadoras. Em comparação com outras classes, a classe criativa coloca novos desafios conceptuais já que os membros da classe criativa não se vêem a si mesmos enquanto membros de uma classe.”⁷² Como fazer então para dar como fundamentados os critérios de medição de uma classe que é dispersa, diferenciada, e que não se vê a si própria como tal, não funcionando de forma organizada? Ou como nos refere Andy Pratt, “(...) é um pouco ingénuo ver, como Florida vê, um consu-

⁷⁰ AAVV, 2009

⁷¹ Castells, 2010: 2738

⁷² Hansen et al, em Kong e O'Connor, 2009: 101

midor criativo autónomo constituir-se como um agente de mudança”⁷³. Este ponto de vista é também secundado por Jamie Peck, que questiona justamente a enorme responsabilidade de liderança que Florida parece atribuir à Classe Criativa⁷⁴. Esta abordagem crítica leva-nos a concluir que a aposta na criatividade não se pode limitar aos indivíduos, ela tem necessariamente que ter em linha de conta as organizações. É pela intervenção das organizações que a energia criativa pode ser canalizada e traduzida em acções potencialmente competitivas, seja através de actividades culturais ou outras. A Classe Criativa, que não se constitui como uma organização de pessoas, não tem capacidade para desenvolver as acções produtivas que se traduzam numa mais valia para os territórios. É sem dúvida importante a capacidade de atracção do talento criativo, mas as pessoas por si mesmas não serão capazes de assumir esse outro papel, que do nosso ponto de vista, cabe às organizações.

Quanto às acções a desenvolver nos territórios, outros autores sugerem que estas sejam mais direccionadas para a produção do que para o consumo⁷⁵, o que representa também uma visão diferente do que é proposto por Florida. Uma estratégia de desenvolvimento, no fundo, que se baseie mais na criação do que na reprodução, tendo justamente como pano de fundo as identidades culturais e a marca de distinção de cada território, enunciadas no ponto anterior. “(...) A popularização do trabalho de Florida (2002) pode ser vista como um exemplo de uma política «Xerox»”⁷⁶. Significa isto que as políticas assentes apenas no consumo são políticas miméticas com poucas probabilidades de sucesso. As «boas práticas» são inúteis se não se tiverem em conta as dinâmicas próprias de cada espaço, o que exalta o papel da identidade e da cultura, acima da própria criatividade⁷⁷.

Parece-nos importante considerar a Criatividade pelo seu potencial de desenvolvimento territorial, mas recusando o *determinismo criativo*. Esta ideia é sustentada pelo próprio Richard Florida, quando refere que “[A criatividade] não é uma panaceia para a miríade de males sociais e económicos que confrontam a sociedade moderna. Não vai, por artes mágicas, aliviar a pobreza, eliminar o desemprego, ultrapassar o ciclo de negócios e levar a um maior estado de felicidade e de harmonia para todos.”⁷⁸ Pela actividade desenvolvida pelas indústrias criativas e pelo valor imaterial que produzem, a criatividade não é manifestamente uma “coisa” e muitas vezes os “bens” de consumo que dela decorrem também não são “coisas”.

⁷³ Pratt, 2008: 9

⁷⁴ Peck, 2005: 745

⁷⁵ Pratt e Mommaas, em Kong e O’Connor, 2009, Pratt, 2008 e Hartley, 2005 são alguns exemplos.

⁷⁶ Pratt, em Kong e O’Connor, 2009: 15

⁷⁷ As várias respostas possíveis para esta problemática – consumo ou produção – podem ser encontradas nos quadros 4.2.1 e 4.3.1 como exemplos de actividades assentes na produção e 4.3.2. como exemplo de actividades assentes no consumo.

⁷⁸ Florida, 2002: 23

Por tudo isto, a criatividade não é um produto ou uma meta. Ela é pertinente enquanto factor de desenvolvimento territorial se for afinal reconhecida enquanto processo. Enquanto fluxo.

3.3. Cidadania, participação e inclusão.

A participação na vida pública é reinventada pela sociedade informacional, potenciando as experiências face-a-face. “(...) os *media*, ao permitirem o estabelecimento de relações sociais com pessoas que nunca conhecemos previamente ou com quem nunca falámos face-a-face, introduziram uma nova forma de exercer a cidadania. É essa característica que permite a organização de indivíduos com objectivos comuns, embora partilhando espaços territoriais diversos. Os *media* permitiram, assim, que se gerassem novas formas de espaço, sem precisarem de ter correspondência com locais físicos específicos.”⁷⁹ Mas a infraestrutura tecnológica não é sinónimo de mais participação, seja ela *online* ou *offline*. Da mesma forma que muitos projectos públicos têm passado por uma forte aposta na infraestrutura física, mediante a construção dos mais diversos equipamentos – culturais, desportivos ou de lazer, por exemplo –, sem acautelar devidamente a afectação de meios necessários às suas posteriores dinâmicas de utilização (assunto que abordaremos mais aprofundadamente no ponto 4.3.), verificamos que a generalização das possibilidades de acesso às infra-estruturas tecnológicas não resolve por si mesma o problema do *deficit* democrático, nem tão pouco o afastamento dos indivíduos da esfera pública. “A nova tecnologia de informação e comunicação não é por si a causa absoluta e necessária para uma tomada de consciência do cidadão sobre o tipo de participação na política que, numa teoria da democracia participativa, aquele estará preparado para exigir ou para afirmar como seu.”⁸⁰ O problema principal permanece assim nas pessoas, não nos meios: “o projecto do Séc. XX foi a criação de técnicas e tecnologias para fazer chegar mensagens a uma vasta audiência. O projecto para este século é chegar ao outro lado da comunicação: desenhar formas mais efectivas e sensíveis de ouvir e compreender os milhões de vozes e acções, para além dos silêncios e inacções, que constituem interações humanas significativas.”⁸¹ Porém, sem cair em determinismos tecnológicos, não desprezemos os meios, eles representam as ferramentas que facilitam a participação. É pela via dos meios tecnológicos que o indivíduo detém, num mundo globalizado, o primeiro requisito necessário à participação, o “poder” participar. Um poder que, contudo, de pouco servirá, se a ele não lhe estiver associado o conhecimento e a vontade de exercer essa cidadania.

Consideramos que o estímulo à participação dos cidadãos na vida pública é um elemento-chave para o desenvolvimento dos territórios e é transversal a qualquer política de reno-

⁷⁹ Cardoso, 2006: 404

⁸⁰ Morgado e Rosas, 2010: 3

⁸¹ Coleman e Blumler, 2009: 168

vação territorial. Intimamente ligado aos aspectos anteriormente enunciados, quer ao nível cultural e de construção de identidades e sentimentos de pertença, quer na canalização do capital criativo em favor de actividades economicamente competitivas, verificamos afinal que é pela via da participação que as experiências se materializam num determinado território e se consubstanciam os sentimentos de pertença. As pessoas que detenham as características inatas, as ferramentas necessárias e a *vontade* de desenvolver o seu potencial criativo no território onde se encontram, estarão certamente a contribuir para o desenvolvimento sustentável desse mesmo território.

Para que esta participação seja efectiva, não podemos deixar de associar ao conceito de cidadania e à pro-actividade que consideramos estar-lhe directamente associada, o envolvimento⁸² do indivíduo na comunidade, através da identidade cultural. Se nos itens anteriores verificámos que a aposta na cultura e na construção de identidades convergem para uma noção de comunidade, e que a aposta no capital criativo está directamente associada a uma aposta na diversidade, consideramos que a promoção da cidadania implica uma convergência para estratégias de inclusão. “(...) a cidade precisa de ser entendida não apenas como um território que concentra um grupo humano alargado e uma grande diversidade de actividades, mas também como uma área simbólica (poder político-sociedade civil), e uma área simbólica (integrando culturalmente e levando identidade colectiva aos seus habitantes, com um valor de troca ou de mudança em relação ao exterior) torna-se numa esfera de respostas potenciais aos desafios económicos, políticos e culturais da nossa era.”⁸³ É esta perspectiva do exercício da cidadania que nos permite ir além da hipertrofia individual já referida, recusando o determinismo do indivíduo. As políticas que procurem estimular a participação dos cidadãos serão necessariamente de promoção da vivência dos espaços e a consideração pela coisa pública como coisa sua, com acções assentes na conectividade, na troca de experiências *online* e *offline* intimamente ligadas à construção de identidades colectivas. Neste âmbito, as cidades têm um importante papel a desempenhar. Pela sua proximidade junto dos cidadãos, são estes os espaços onde estas dinâmicas sociais melhor são consubstanciadas⁸⁴. As dinâmicas locais detêm assim o poder para dinamizar as “formas tradicionais de democracia representativa”⁸⁵, potenciando a participação pela via da identificação com o local. “(...) as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, co-

⁸² Adoptamos a palavra “envolvimento” como tradução possível para “engagement”, apesar das limitações que lhe reconhecemos face a um significado mais abrangente da palavra inglesa.

⁸³ Borja e Castells, 1997: 101

⁸⁴ Ruiz e Dragojevic, 2007: 20

⁸⁵ Cardoso, 2006: 455

munitária.”⁸⁶ Identificamos aqui uma referência implícita a outras formas de organização social, ligadas à criatividade e à cultura, e que se traduzam num maior envolvimento das pessoas em torno de algo que contribua para o fortalecimento de laços entre comunidades. É através do desenvolvimento destas actividades que poderemos esperar a produção de significados. Acreditamos que em torno da definição de políticas que tenham em conta os factores anteriormente enunciados, organismos públicos e outras organizações encontram um pleno sentido para a sua existência, enquanto entidades responsáveis pela gestão dos territórios.

4. Indivíduos e organizações. Contributos para um urbanismo supra-estrutural na sociedade informacional.

Procurámos, com os aspectos referidos anteriormente, contextualizar o que iremos apresentar neste capítulo. Partimos da globalização cultural, da sociedade informacional, da hipertrofia do indivíduo e da crise de identidade das organizações de gestão do território, evidenciando a valorização da cultura e das identidades locais, do capital humano criativo e da participação dos cidadãos na vida pública como elementos fundamentais para a afirmação e desenvolvimento dos territórios na sociedade informacional.

Apresentaremos de seguida alguns exemplos práticos, recolhidos no contexto da sociedade em rede, que nos parecem consubstanciar a argumentação que temos vindo a desenvolver (ver anexos). Fica contudo a ressalva de que eles devem ser considerados apenas como elementos ilustrativos de boas práticas, mostrando soluções encontradas *num determinado contexto cultural e territorial*. Corroboramos as reservas de Andy Pratt quanto ao sucesso da simples adopção de exemplos de outras realidades sociais, aplicando-os noutros territórios, naquilo que este autor designa por “política xerox”. Acreditamos que as soluções de desenvolvimento para cada território se encontram localmente, nas suas próprias dinâmicas sociais e culturais e nos seus recursos naturais e humanos, aspectos onde pode assentar a sua marca, aquilo que os distingue dos restantes. Este é certamente um caminho mais difícil de percorrer. Talvez seja essa a razão pela qual “no campo das Indústrias Culturais e Criativas (ICC), os riscos são elevados, e a pressão para fazer aquilo que outros já fizeram, ou para imitar políticas adoptadas noutros sectores, é significativa”⁸⁷. Mas sem prejuízo desta convicção de que qualquer estratégia de desenvolvimento territorial passa por encontrar o próprio caminho, julgamos que é possível encontrar inspiração em alguns dos exemplos que aqui apresentamos e, nessa medida, esperamos que a aprendizagem que os mesmos possibilitam represente uma mais-valia.

⁸⁶ Castells, 2007: 75

⁸⁷ Pratt, em Kong e O’Connor, 2009: 10

Também neste capítulo começamos por nos referir aos indivíduos, não só em coerência com a argumentação anteriormente desenvolvida mas, acima de tudo, porque é no indivíduo, nas suas motivações e escolhas, que encontramos o elemento central para as estratégias a desenvolver. Saliêntamos de seguida o importante papel das organizações neste contexto, algo que nos parece estar pouco explorado no pensamento de Richard Florida e que constitui uma das nossas principais objecções. O autor dá um protagonismo àquilo que designa por Classe Criativa, considerada enquanto classe dominante⁸⁸, que nos parece excessivo. Do nosso ponto de vista, é atribuído a esta “classe” um papel que a mesma não tem condições de desempenhar, quando o próprio autor identifica o elevado individualismo que a caracteriza. Será possível existir uma classe se não existir consciência de classe? É nessa medida que nos parece mais importante reflectir sobre o papel das organizações, governamentais e outras, já que serão elas as entidades capazes de desenvolver acções de mobilização que construam o ambiente favorável ao florescimento do potencial humano criativo, encontrando caminhos que conduzam a mais desenvolvimento nos territórios. Caminhos que, face a toda a argumentação apresentada, têm necessariamente que ter por pano de fundo o indivíduo e as suas necessidades.

A reflexão teórica realizada conduz-nos afinal a um conceito de urbanismo supra-estrutural, o qual propõe um entendimento mais humanista daquilo que se designa por regeneração urbana. Para clarificar a nossa argumentação, tomemos como exemplo a gestão local de um qualquer município em Portugal. Nos anos 70-80, em alguns casos no princípio dos anos 90, a prioridade em termos de desenvolvimento situava-se nas infra-estruturas de saneamento e da rede viária. Sem estes aspectos acutelados, que se prendiam com condições elementares de vida, quaisquer outros seriam tomados como irrelevantes. A partir da adesão de Portugal à CEE, em 1985, e das linhas de financiamento criadas, configuraram-se outras vertentes como prioritárias, construindo-se escolas, equipamentos colectivos de lazer tais como pavilhões desportivos, piscinas, auditórios e outros. Ainda nos nossos dias, a regeneração urbana continua a ser considerada por muitos como, essencialmente, a recuperação e requalificação de edifícios antigos ou áreas urbanas degradadas. Julgamos que a questão actual tem que ser necessariamente outra: *quais são os objectivos de uso que decorrem dessa edificação, recuperação e/ou requalificação?* Parece-nos que a resposta a esta pergunta nem sempre é suficientemente considerada como parte da estratégia de regeneração urbana. Constatamos que é cada vez mais frequente a existência de infra-estruturas que não têm eco nas dinâmicas de utilização ou, também em resultado da crise económica e financeira que se vive actualmente em toda a Europa e Estados Unidos, nos recursos que são necessários afectar para o seu normal funcionamento. É neste contexto que propomos

⁸⁸ Florida, 2002: xxvii

uma mudança de mentalidade ao nível do planeamento urbano, em que a prioridade deixe de ser a infra-estrutura edificada, mas sim a supra-estrutura – a utilização que dela é ou poderá vir a ser feita. Charles Landry resume da seguinte forma esta linha de pensamento: “A inovação urbana e a sua criatividade subjacente, nos últimos séculos, centrou-se sobretudo nas infra-estruturas físicas – os sistemas de esgotos, os grandes avanços nos transportes, redes viárias e ferroviárias e mais tarde, infra-estruturas de informação e comunicação, ou melhoramentos em técnicas de construção e na gestão de projectos, permitindo que estruturas ainda maiores fossem construídas. (...) As necessidades do século 21 são diferentes. Qualquer período da história precisa da sua própria forma de criatividade. (...) As aplicações-chave da criatividade estarão no reino da democracia, da organização, da governança e da gestão – inovações sociais e políticas – tanto quanto nas novas tecnologias.”⁸⁹

É esta a reconfiguração do paradigma de gestão dos territórios que propomos, dar prioridade ao uso em relação à construção. Julgamos que as energias de planeamento devem concentrar-se mais no usufruto das coisas por parte das pessoas, nas suas *vivências*, questionando *antes* da edificação de novas coisas quais as dinâmicas de utilização que estas poderão vir a ter. É também muito interessante a perspectiva apresentada pelo mesmo autor, que propõe que a cidade seja encarada não como uma máquina, mas como um organismo vivo. Parece-nos ser uma outra forma possível de sublinhar a importância da supra-estrutura, a integração de outras áreas disciplinares que não apenas a engenharia, matemática, arquitectura ou gestão. “Na estrutura hierárquica da cidade actual, quaisquer áreas que lidem com sentimentos e emoções, tais como os serviços sociais, a cultura e o lazer têm um estatuto inferior. Esta infra-estrutura «leve» de contactos e ligações humanas em rede, de relações de confiança ou a capacidade de trabalhar em conjunto é frequentemente subestimada e no entanto, o início do século 21 é por excelência o tempo da sociedade em rede.”⁹⁰ Uma proposta de inter-disciplinariedade que tem também eco, por exemplo, nas teses defendidas por Sir Ken Robinson no que à estruturação do sistema de ensino diz respeito. Sugerimos assim que seja combatido um terceiro determinismo, para além do tecnológico e do criativo: o determinismo infra-estrutural.

Acreditamos que todos os determinismos (também eles criações humanas) não são mais do que meios para nos esquecermos um pouco mais de nós próprios, dispensando-nos de reflectir sobre quem somos. Nessa medida, importa salientar que os contributos que aqui apresentamos, de criação de políticas sociais cujas dinâmicas reconheçam de facto a importância das pessoas e procurem ir ao encontro das suas reais necessidades, também atribuam maiores responsabilidades aos indivíduos. A efectivação destas medidas passa neces-

⁸⁹ Landry, 2000: 261-262

⁹⁰ Landry, 2000: 164

sariamente pelo compromisso de cada um de nós e pela alteração de paradigma nos nossos modos de afirmação individual. Teremos que (finalmente?) ser capazes de nos posicionar, despidos de artefactos, e questionarmo-nos quanto àquilo que somos, e aquilo que queremos fazer. Porque alguma coisa nos caberá a nós fazer. Estaremos preparados?

4.1. (Re)configuração dos indivíduos e da esfera pública. A valorização da experiência e da informalidade no sentido de mais participação.

Vimos em momento anterior que qualquer indivíduo é caracterizado pela sua complexidade. Parece inegável o crescente individualismo dos nossos tempos, mas tal como defendia a filosofia platónica, parece também coisa “anti-natural” a ideia de que um indivíduo possa verdadeiramente existir se essa existência não se efectivar no contexto de uma comunidade. “A individualidade só se pode afirmar se tiver como interlocutores outros indivíduos num processo de interacção ininterrupto, a que se chama socialização”⁹¹. O que nos remete para a dimensão ontológica que se considera existir na própria cidadania, o indivíduo não o é apenas enquanto tal. E no entanto, a reconfiguração do indivíduo, no contexto da globalização e dos *media*, traduzida numa crescente enfatização dos valores individuais, torna bem visível e real o afastamento e o desinteresse da coisa pública, facto que também não pode ser ignorado. Para que esta tendência seja invertida, consideramos essencial que todos os actores políticos contribuam para uma mudança de paradigma, assente nas condições de conectividade e interactividade que a sociedade em rede nos proporciona, especialmente se considerarmos a Web 2.0 e as potencialidades de participação associadas a esta ferramenta tecnológica. Paralelamente às possibilidades de comunicação entre cidadãos, existe um claro potencial de comunicação entre estes e a classe política que os representa. Acreditamos que a vontade dos cidadãos em participar será tanto mais estimulada quanto mais forem visíveis os efeitos dessa participação na sociedade. E a esse nível, subjacente aos recursos tecnológicos que facilitam a interactividade entre cidadãos e políticos, deverá estar a vontade de todos em promover, efectivar e traduzir a utilização desses canais de comunicação em acções concretas e relevantes para a vida pública. O contexto em que vivemos torna bem evidentes dois problemas distintos: por um lado, o distanciamento do indivíduo do bem comum, a sua concentração em assuntos da sua vida privada e a negligência da “coisa pública” em favor desses assuntos. Mas o distanciamento do político em relação ao cidadão não é um problema menor, se considerarmos que a esfera pública será tanto mais viva quanto mais presente e plural for o debate público. “A questão então torna-se na seguinte, o que acontece ao debate democrático e à comunicação política numa democracia moderna, se as ligações entre as elites políticas e os cidadãos comuns são gradualmente desligadas? (...) O que acontece à cidadania se os papéis tradicionais do cidadão fo-

⁹¹ Morgado, 2009: 118

rem gradualmente substituídos pela emergência do cidadão individualista?”⁹² Se à cidadania está associada uma componente prática, alguma intervenção que produz efeitos na sociedade em que se está inserido, o grande desafio coloca-se sem dúvida em relação à pouca vontade de participação, não obstante a cada vez maior amplitude e abrangência dos meios tecnológicos que a facilitam. A reconfiguração dos indivíduos e da esfera pública que propomos está assim intimamente ligada à construção de identidades colectivas e de sentimentos de pertença, numa estratégia *bottom-up*. “As cidades só podem ser recuperadas pelos seus cidadãos na medida em que estes reconstruam, de baixo para cima, a nova relação histórica entre função e significado, através da articulação entre o global e o local.”⁹³

Como considerar hoje a cidadania, face à reconfiguração do indivíduo? Para onde vai a participação? Parece clara a sua indissociabilidade da vertente comunicacional e do debate de ideias, sendo esta uma realidade que não difere em muito de outros contextos históricos. E parece também cada vez mais consistente a ideia, defendida por vários autores⁹⁴, de que o conceito de cidadania ficará certamente limitado naquilo que ele possa vir a consistir, se nos reduzirmos à ideia de uma participação na vida pública enraizada apenas em aspectos formais. Quer o espaço de fluxos, quer o espaço de lugares, é interpenetrado por dinâmicas de informalidade, numa fusão entre o *offline* e o *online* que acontece mesmo em nós próprios. Afinal, somos o nosso próprio lugar. “Nos últimos 30 anos a participação nas políticas formais tem vindo a decrescer, mas os cidadãos têm vindo a participar muito mais em situações informais, não-governamentais e esporádicas. A participação ou não-participação das pessoas é determinada por um conjunto de factores pessoais e ambientais.”⁹⁵ Acreditamos que, cada vez mais, há que reconhecer o poder da informalidade, assim como o valor efectivo de uma opinião pública que se manifeste através “(...) da canção, da teatralização, e não só da discussão razoada por argumentos e falada por iguais em um mesmo espaço geográfico e/ou linguístico compartilhado”⁹⁶, num contexto social em que as práticas culturais adquirem cada vez maior importância e em que podem ser consideradas como instrumento de planeamento e de gestão territorial:

“A informação e a memória do território constituem um património invisível que importa operacionalizar com intencionalidade estratégica. Pelo que se deve possibilitar o surgimento no território de formas e soluções de partilha e construção dessa memória.”⁹⁷

⁹² Andersen e Kristensen, 2006: 83

⁹³ Borja e Castells, 1997: 44

⁹⁴ Coleman e Blumler, 2009; Pereira, 2011; Nascimento, 2003

⁹⁵ Coleman e Blumler, 2009: 158

⁹⁶ Pereira, 2011: 21

⁹⁷ Serrano et al, 2005: 108. Ver o caso apresentado em anexo no quadro 4.1.1. – Story Telling.

O mundo é diverso. Os actos de cidadania reflectem necessariamente essa diversidade, hibridizando-se os conceitos de “homem privado / homem público” ou, tal como nos refere Susana Nascimento, evoluindo para uma “cidadania multidimensional e plural”⁹⁸. É nessa medida que sugerimos o reconhecimento da participação cívica também em esferas informais. A informalidade é um factor a ter em conta, não só no desenvolvimento de um ambiente criativo mas também na criação de ambientes favoráveis à participação pública. “A chamada *participação política não convencional* tornou-se cada vez mais a fórmula de participação mais comum nas nossas sociedades desenvolvidas. As petições, boicotes e outras formas de acção directa têm vindo a tornar-se mais comuns. Pelo que mais do que a pertença a partidos, sindicatos e presença em manifestações devemos estar atentos a essas dimensões da participação.”⁹⁹ Por outro lado, a participação cívica corporiza, em termos de acção social, todos os elementos que vimos identificando como fundamentais: sentimentos de pertença e de comunidade, que decorrem da construção de identidades culturais colectivas, numa palavra, *inclusão*. A base da participação está afinal na identificação com a cultura local e na construção de identidades colectivas que nos chegam, por exemplo, pela valorização de memórias associadas a um determinado território¹⁰⁰.

Se nos concentrarmos nesta visão mais abrangente e informal do que pode constituir-se como um acto de cidadania (no fundo assumindo a complexidade que identificamos no próprio indivíduo), podemos também reconhecer o valor potencial de outros actos quotidianos, como por exemplo, o do consumo, se este for concertado de tal forma que produza impactos políticos e económicos. “Enquanto **consumidores**, presume-se que estejamos interessados em conforto, beleza e preço; enquanto **cidadãos**, em liberdade, verdade e justiça. Mas a liberdade e o conforto, a verdade e a beleza, justiça e preço, tornaram-se cada vez mais integrados.”¹⁰¹ Da mesma forma que enunciámos em momento anterior o crescente valor da vida de todos os dias e das experiências que lhe estão inerentes, parece-nos que também a democracia participativa terá que ser considerada sob esse ponto de vista. A cidadania afasta-se das estruturas formais e a intervenção concentra-se no que às pessoas diga mais directamente respeito.

Como posicionar as organizações responsáveis pela gestão do território, é certamente um desafio que se coloca no contexto desta reconfiguração¹⁰², já que existem condicionantes estruturais que certamente terão que ser repensadas. Parece-nos haver lugar a um importante papel a desempenhar por parte dessas organizações – governamentais e não-

⁹⁸ Nascimento, 2003: 16

⁹⁹ Cardoso, 2006: 154

¹⁰⁰ Ver o caso apresentado em anexo no quadro 4.1.2. – “Cais 14”, Projecto de Teatro de Comunidade.

¹⁰¹ Hartley, 2005: 16

¹⁰² Castells, em Castells e Cardoso, 2005: 26

governamentais – na criação de políticas que estimulem a conectividade, a interactividade, a comunicação esclarecida. Estas são outras dimensões para a função primeira, que permanece, a de gestão do território: o desenvolvimento de acções que promovam experiências formais e informais conducentes à construção de sentimentos de pertença e, conseqüentemente, a mais participação, nomeadamente, na área cultural. “Os promotores culturais podem desempenhar um papel fundamental na promoção da coesão social e no sentimento de pertença. Isto porque a arte, a cultura e o desporto criam locais de encontro para as pessoas, numa sociedade cada vez mais diversificada, fragmentada e desigual.”¹⁰³ O espaço cultural torna-se assim num espaço privilegiado para a reconfiguração da esfera pública, o que nos remete para o ponto seguinte.

4.2. (Re)configuração das organizações e políticas públicas. Diversidade e Inclusão.

As organizações detêm importantes responsabilidades na definição e aplicação das políticas públicas. Quer se tratem de administrações do Estado, instituições privadas ou organizações não governamentais, são estas que detêm as estruturas organizativas necessárias à implementação de quaisquer medidas de desenvolvimento territorial. Julgamos por isso que serão estas, não a Classe Criativa, a ter capacidade efectiva para concretizar no terreno os “três T’s” que caracterizam a argumentação de Richard Florida: Tecnologia, Talento e Tolerância¹⁰⁴. Se é verdade que o papel dos indivíduos é crucial numa sociedade assente na captação e rentabilização do talento humano criativo, nenhum indivíduo poderá contudo substituir-se à função que estas organizações têm a desempenhar. As fontes criativas necessitam de tecnologia, das redes e de interactividade, mas também das instituições. “A criatividade vem de diferentes combinações de capacidades e de ambientes – por outras palavras, predisposição pessoal e contexto social. Como resultado, a política tem um papel crucial a desempenhar na criação de condições apropriadas para que a Europa esteja num lugar criativo em todas as suas regiões, capaz de educar, reter e atrair talentos.”¹⁰⁵ É certo que o ponto de partida é o indivíduo, enquanto primeiro agente criativo, mas corroboramos as considerações de Elizabeth Watson, que identifica outros agentes essenciais para a efectivação da criatividade para além do indivíduo: as interacções estabelecidas entre indivíduos (onde são cruciais as ligações em rede), as equipas e as organizações¹⁰⁶.

Não podemos é claro ignorar as dificuldades inerentes à aplicação efectiva destas medidas. Dificuldades que se prendem, desde logo, com características enraizadas nas próprias organizações, especialmente em organismos públicos predominadas por administrações bu-

¹⁰³ Leadbeater e Oakley, em Hartley, 2005: 304

¹⁰⁴ Florida, 2005: 37

¹⁰⁵ AAVV, 2009: 145

¹⁰⁶ Watson, 2007: 428

rocráticas que, apesar do uso cada vez mais generalizado das ferramentas tecnológicas, estão ainda muito aquém, na estrutura de base que as orienta, de um modo de funcionamento que reflecta a sociedade informacional na qual se inserem e são afectados. Se em momento anterior falámos da crescente valorização da informalidade nas práticas sociais, o que dizer da informalidade e do exercício da criatividade no funcionamento das organizações? De forma generalizada, as classes profissionais relacionadas com a criatividade (por exemplo, o design ou a animação cultural) são menos remuneradas e reconhecidas, quando comparadas com outras áreas de actividade tais como as engenharias, o direito ou a gestão. E na maior parte das vezes não há qualquer margem possível para estruturas de funcionamento informal. A experimentação não é estimulada, não há tempo ou abertura para um trabalho desenvolvido com base na “tentativa e erro”. Todo o sistema de avaliação dos profissionais está aliás assente na penalização dos erros. O que nos leva a considerar que a reconfiguração das organizações implica especialmente uma mudança de mentalidades na forma de funcionamento. No contexto Europeu, estudos existentes¹⁰⁷ dão pistas importantes para as políticas a concretizar no terreno e a sua argumentação é clara no que respeita ao reconhecimento do capital criativo como factor-chave para o desenvolvimento social no futuro, nas suas mais diversas vertentes. Mas se a par da aplicação destas políticas não estiverem também acções paralelas que alterem mentalidades, especialmente das mais elevadas classes dirigentes – técnicas e políticas –, estaremos certamente ainda a muitas gerações de distância até que esta nova abordagem seja uma realidade concreta e generalizada. Ao falarmos de criatividade falamos também de políticas locais para a experimentação e de uma predisposição para entender a diversidade, no caso das organizações do Estado, traduzida num bom acolhimento à intervenção de outras entidades não governamentais ou privadas, que possam contribuir positivamente com acções, culturais e outras, para o desenvolvimento do território. Este é um aspecto da maior importância para garantir a diversidade, desde logo da própria oferta cultural, indo ao encontro das aspirações dos muitos públicos que encontramos dentro de um espaço urbano demograficamente disperso, uma questão apontada, no caso português, por Augusto Santos Silva e Helena Ramos¹⁰⁸. No fundo, a evidência da importância de uma política de redes entre diversos agentes que possam contribuir para a realização de acções que visem o desenvolvimento.

Estas considerações não diminuem a importância das organizações, antes a reforçam. Sem a sua presença e capacidade de concretização, nenhuma criatividade individual ultrapassará a esfera privada. “(...) a criatividade por si só não conduz necessariamente ao sucesso. As qualidades criativas têm que estar associadas a outras que assegurem que uma

¹⁰⁷ AAVV, 2009 e AAVV, 2006

¹⁰⁸ Silva e Santos, 2010: 20

ideia ou um produto criativo passe no controle de realidade. A combinação de outras características – teste, experimentação, gestão, capacidade de implementação – têm o seu papel.”¹⁰⁹ Ou seja, para que seja possível dar um maior enfoque na componente produtiva, têm que ser criados mecanismos que conduzam a criatividade da esfera individual para a esfera social¹¹⁰. Do nosso ponto de vista, esse papel cabe às organizações¹¹¹.

Julgamos possível considerar que, tal como referido no item anterior, quando abordámos a temática da participação e da cidadania, também ao nível das organizações a informalidade e a diversidade são aspectos importantes a considerar. Richard Florida refere-se com frequência aos ambientes boémios, propícios à informalidade das relações, enquanto ambientes por excelência para o florescimento da criatividade. Mas este é também um aspecto da sua argumentação que, conforme reconhecido pelo próprio autor, não está isento de contestação. “A minha teoria de crescimento económico gerou uma controvérsia considerável. Os conservadores sociais ficaram apopléticos pela minha descoberta de que os lugares com elevadas concentrações de gays e boémios tendem a ter índices mais elevados de inovação e de crescimento económico.”¹¹² O presente estudo não tem como objectivo uma abordagem exaustiva do pensamento de Richard Florida ou dos vários autores que o contestam¹¹³. Tivemos já oportunidade de referir algumas abordagens críticas que, à luz da presente reflexão, consideramos pertinentes. Mas um pouco à margem dessas contestações, retiramos como importante esta valorização que o autor nos apresenta daquilo que é *diverso*, a necessidade de desenvolver políticas e criar ambientes assentes numa abertura de espírito ao *diferente*, já que nos parece ser este um ponto de partida importante para a inovação e o crescimento económico. Corroboramos o seu ponto de vista de que mais diversidade é sinónimo de mais criatividade. “A criatividade envolve formas de pensamento e hábitos distintos, que devem ser cultivados, tanto a nível individual como na sociedade. (...) a criatividade requer um ambiente de suporte que proporcione uma ampla gama de estímulos sociais e culturais, bem como económicos.”¹¹⁴ Julgamos que é na criação deste ambiente que os governos poderão ter uma palavra a dizer e uma oportunidade para se reinventarem. O estímulo da diversidade não pode contudo significar um esquecimento da identidade cultural do território. “Quantas autoridades locais fazem planeamento conjunto com as universi-

¹⁰⁹ Landry, 2000: 14

¹¹⁰ Pratt, 2008: 15

¹¹¹ Ver o caso apresentado em anexo no quadro 4.2.1. – Pólo de Indústrias Criativas da Univ. do Porto (PINC)

¹¹² Florida, 2002: xvii

¹¹³ Para uma análise das críticas de Richard Florida podemos referir, por exemplo, Oakley e Mommaas, em Kong e O’Connor, 2009, Pratt, 2008 e especificamente sobre a metodologia adoptada pelo autor na investigação que dá corpo às obras citadas, Peck, 2005.

¹¹⁴ Florida, 2002: 22

dades no sentido de se criarem cursos direccionados e relacionados com as necessidades locais? E no entanto, o tipo de ligações estabelecidas entre Stanford, empreendedores locais e capital de risco foi o que fez Silicon Valley.”¹¹⁵ Diversidade e criatividade deverão caminhar a par com políticas associadas às identidades locais. Sem esta relação de autenticidade entre as políticas e as pessoas que as venham a aplicar e/ou a beneficiar delas, haverá certamente baixas expectativas quanto ao sucesso da sua concretização. “(...) em vez de investigar estas questões e talvez desenvolver estratégias que se direccionem genuinamente para potencialidades locais, muitos políticos parecem dar-se por satisfeitos (ou não viram muitas outras opções) em jogar uma espécie de jogo do «eu também»; mesmo que seja um jogo que eles venham a perder.”¹¹⁶

Mas voltemos a abordar o “terceiro T”, de Tolerância, de que nos fala Richard Florida, para analisar de que forma esta se cruza com as questões da diversidade anteriormente referidas. É certo que a tolerância é um elemento-chave para a diversidade e esta última é um elemento-chave para a criatividade. Contudo, julgamos que a Tolerância não se esgota no bom acolhimento à diversidade, na receptividade à multi-culturalidade, a comunidades *gay*, boémias, imigrantes ou de minorias étnicas¹¹⁷. Afinal, o desemprego, a iliteracia, a falta de boas condições de habitabilidade, são factores de exclusão social transversais aos mais diversos grupos sociais e são, sem dúvida, ameaças contundentes à cidade criativa de que nos fala Charles Landry: “Existe uma necessidade urgente para que a acção urbana criativa seja dirigida à exclusão social, que pode ser medida pela «observação da forma pela qual as pessoas são afastadas do emprego, do ensino e de outras formas de participação (...)»”¹¹⁸. A Tolerância deverá por isso ir um pouco mais além e a reconfiguração das políticas públicas de desenvolvimento territorial implicam medidas concretas de inclusão social¹¹⁹, combatendo todas as formas de exclusão (nomeadamente a tecnológica), mas favorecendo também a construção de uma identidade cultural forte. As *medidas de inclusão social* estão para além das *medidas de combate à exclusão social*. “Criar capital social significa lidar com a exclusão social, o que não é o mesmo que lidar com a pobreza, na medida em que nem todas as pessoas pobres são socialmente excluídas”¹²⁰. Na criação de condições favoráveis à criatividade, os governos terão que investir num ambiente urbano que proporcione padrões elevados de bem estar a todas as classes que o integram, e esse bem-estar passa certamente por sentimentos de identidade e inclusão. “(...) fundamentalmente, a

¹¹⁵ Landry, 2000: 48

¹¹⁶ Oakley em Kong e O’Connor, 2009: 129

¹¹⁷ Florida, 2005: 37 e Landry, 2000: 139

¹¹⁸ Landry, 2000: 37

¹¹⁹ Florida, 2005: 38-39

¹²⁰ Landry, 2000: 261

produção e a gestão do habitat e das facilidades colectivas que formam a base social para a produtividade económica na nova economia informacional, é a responsabilidade dos governos locais e regionais.”¹²¹ Queremos argumentar que, se a chave da criatividade está na multi e na interdisciplinariedade, as políticas sociais locais devem encarar as especificidades e a diversidade de necessidades, não só das suas *minorias*, mas também das suas *maiorias*, porque todos necessitam de ser incluídos.

A nossa sociedade é, ela própria, diversa: “Os membros da Classe Criativa vêm em todas as formas, tamanhos, cores e estilos de vida; e para serem verdadeiramente bem sucedidas, as cidades e as regiões têm que oferecer alguma coisa a todos eles.”¹²² As estruturas familiares alteraram-se, assim como as dinâmicas de funcionamento dos nossos dias e de todas as vertentes da nossa vida. Trabalho e lazer, vida familiar, vida social, vida profissional, interpenetram-se e muitas vezes confundem-se, gerando profundas alterações na forma como cada indivíduo organiza o seu dia-a-dia, os seus projectos de vida e também, por inerência, a vivência do território. Também Jordi Borja e Manuel Castells abordam esta problemática, referindo que “o planeamento de transportes urbanos, por exemplo, tem vindo a concentrar-se tradicionalmente na organização de padrões de mobilidade entre a casa e o local de trabalho, o que não permite reflectir a diversidade de viagens que as mulheres têm que fazer para o desempenho das suas múltiplas tarefas. (...) levar as crianças à escola, ir às compras, a serviços de saúde e, acima de tudo, chegarem aos seus trabalhos em part-time, numa área geográfica e temporal bastante dispersa, inclusivamente em horários em que já não há autocarros.”¹²³ Parece-nos claro que a reconfiguração das organizações passa por encontrar respostas que vão ao encontro das novas realidades da chamada Classe Criativa, mas também de toda a população. E a este nível, a abordagem de Borja e Castells não ignora outras dinâmicas populacionais que nos parecem mais consistentes do que as referidas por Richard Florida, falando por exemplo das mulheres, mas também das necessidades específicas das crianças¹²⁴, parecendo-nos ser também possível incluir aqui os idosos, como grupos sociais importantíssimos a ter em conta aquando do planeamento das cidades, numa perspectiva de desenvolvimento.

Toda a argumentação que temos vindo a desenvolver aponta para a valorização das organizações de menor escala. “Vejo a continuidade de um papel para o estado, mas um papel de permitir, descentralizar, dar mais poder às comunidades locais.”¹²⁵ Estados-Nação de maior escala sofrem mais directamente os impactos da compressão do espaço-tempo que

¹²¹ Borja e Castells, 1997: 3

¹²² Florida, 2002: 234

¹²³ Borja e Castells, 1997: 55

¹²⁴ Borja e Castells, 1997: 65 e Short, 1989: 62

¹²⁵ Short, 1989: 88

decorrem da sociedade em rede e da globalização. A menor escala, organizações locais (autarquias, colectividades, associações, ong's, grupos informais) têm um acesso mais directo às fontes, quer aos recursos e às potencialidades de cada local em termos físicos e culturais, quer aos próprios indivíduos, e nessa medida, são estas organizações que melhor poderão rentabilizar o potencial criativo dos elementos que residam num determinado território. “Em vez de construir economias orientadas para os mercados mundiais, devíamos estar a pensar em mercados locais criativos, por exemplo, encorajando a produção local de comida, em lotes ou jardins, ou ajudando as fábricas que correspondam a necessidades locais.”¹²⁶ Diversidade, identidade e inclusão serão assim as palavras-chave para nortear as funções das organizações e para a definição de políticas públicas na sociedade informacional. As quais não se resumem à existência de políticas de bom acolhimento a comunidades de diferentes culturas, ou a algumas minorias.

O papel das organizações não esgota contudo a importância a atribuir aos indivíduos e à sua participação. Nem tão-pouco esgota nas organizações do estado a responsabilidade social de intervenção no território. A inter-disciplinariedade manifesta-se também e cada vez mais ao nível das múltiplas organizações que podem e devem intervir na sociedade, contribuindo pela sua acção para o desenvolvimento do território onde se inserem. “Tradicionalmente entendeu-se que os municípios ou os governos deveriam lidar sozinhos com os problemas urbanos. Era algo que não era visto como uma responsabilidade das empresas ou dos indivíduos. E no entanto, o crescente reconhecimento da relativa falta de poder da cada actor isoladamente – público, privado, voluntário – deu razão de ser a acções conjuntas, assim como o reconhecimento adquirido de que as empresas têm responsabilidades sociais.”¹²⁷ É esta inter-disciplinariedade que Charles Landry associa a um entendimento de cidade que o autor designa por “literacia urbana”¹²⁸, a qual representa no fundo uma nova abordagem sobre o urbanismo que compreenda todas as complexidades que lhe estão associadas, cruzando a arquitectura, a geografia e o design urbano com outras vertentes, tais como os estudos culturais, a sociologia, a economia, a estética e a psicologia, por exemplo. Esta linha de pensamento conduz-nos a um urbanismo mais humanista que também defendemos e que corporiza de forma mais plena o princípio da diversidade e da inclusão que apresentámos neste item.

¹²⁶ Short, 1989: 21. Ver o caso apresentado em anexo no quadro 4.2.2. – Land Share.

¹²⁷ Landry, 2000: 186

¹²⁸ Landry, 2000: 246-247

4.3. (Re)configuração dos territórios. A valorização do “software” em detrimento do “hardware”. A valorização das pessoas.

Conceitos como os de “hardware” e “software” estão muito directamente relacionados com a informática e as TIC de um modo geral. Em momento anterior argumentámos que as medidas de alargamento da infra-estrutura tecnológica que permitam aumentar o número de pessoas ligadas em rede ficarão aquém do trabalho a realizar, se o objectivo a alcançar for realmente combater a exclusão da sociedade informacional que se regista ainda em faixas significativas da população. “A infra-estrutura tecnológica europeia melhorou consideravelmente, mas os efeitos na produtividade, na formação, na criatividade e na iniciativa empresarial, foram muito limitados.”¹²⁹ Questões como a literacia e a promoção de uma cultura de cidadania são assim sem dúvida fundamentais, porque a tecnologia apenas dá as condições infra-estruturais que permitem a interactividade e a ligação em rede. Cabe à literacia dar as competências pessoais necessárias para que cada indivíduo saiba mover-se no mundo da informação. Cabe à cultura de cidadania a aquisição de valores que levem cada indivíduo a *querer participar*, rentabilizando os recursos tecnológicos de que dispõe e aprendeu entretanto a utilizar. “A recolha, processamento e partilha de informação constituem as principais condições de geração de riqueza e sucesso económico e correspondem exactamente, também, às condições necessárias a um exercício pleno da cidadania. Em ambas as dimensões, o sucesso está dependente da literacia informacional dos indivíduos.”¹³⁰ Assim, é ao nível tecnológico que encontramos o mote para uma proposta de transição de mentalidade que seja extensível à gestão dos territórios, passando, também a este nível, da valorização do “hardware” para a valorização do “software”, aqui entendido como os próprios indivíduos.

Na sociedade informacional o território tem condições de adquirir tanto mais relevância quanto mais as políticas adoptadas visem, não só o desenvolvimento tecnológico, mas também a criação de boas condições ambientais para que os indivíduos se fixem num determinado local e aí exerçam a sua criatividade e talento, vivenciando o espaço de lugares que sintam como seu. Estas vivências podem traduzir-se em mais conforto material, mas também numa oferta cultural diversificada e, ao nível tecnológico, na existência a par da infra-estrutura, da aquisição de competências que aumentem a percentagens de população com *acesso e capacidade de intervenção* na sociedade em rede.

A valorização do indivíduo expressa-se também na adopção de políticas de inclusão social. As estratégias de regeneração urbana só fazem sentido se a aposta na diversidade for sinónimo da existência de estratégias de inclusividade e nessa medida, diversidade e inclusão terão que ser elementos de base das políticas de regeneração urbana e das políticas

¹²⁹ Castells, em Castells e Cardoso, 2005: 26

¹³⁰ Cardoso, 2006: 574

culturais locais, encontrando soluções para os diversos grupos sociais e para as diferentes necessidades vividas numa esfera como a da cidade, tal como é referido por Jordi Borja e Manuel Castells¹³¹, mas também por Pekka Himanen que, referindo-se ao modelo filandês, também sublinha a importância de que a inovação caminhe a da inclusão¹³². A cidade tem que ter capacidade de resposta para todas estas diversidades e diferentes dinâmicas de vida. A reconfiguração do território passa assim por promover estratégias de desenvolvimento que tenham em conta a sua diversidade, os seus recursos próprios, naturais e humanos, concentrando a atenção e os objectivos estratégicos no “software territorial”¹³³, na promoção das ligações em rede e da conectividade, gerando novas proximidades, territoriais e outras, numa estratégia urbanística que seja também uma estratégia de urbanidade.

Esta aposta no “software” humano configura, do nosso ponto de vista, não só o conteúdo próprio do que é preconizado na sociedade informacional, mas também aquilo que entendemos por medidas promotoras de identidade, de um sentido de comunidade e de sentimentos de pertença. “Nestes projectos – dos pequenos e alternativos aos maiores e comerciais – o significado do *lugar* altera-se de uma localização «pragmática», com um enfoque na disponibilidade do material, do trabalho e das infra-estruturas, para um enfoque na experiência e na apropriação do lugar. Em muitos dos exemplos anteriormente citados, são as pessoas criativas à procura de espaços de trabalho acessíveis em termos financeiros, de inspiração ou de liberdade, as que descobrem e de certa forma produzem estes «espaços criativos».”¹³⁴ Numa perspectiva simplista, poderemos simplesmente afirmar que a infraestrutura não é mais do que o copo meio vazio. Reconhece-se é claro o seu valor e importância, mas uma vez existente, ela representa no fundo o degrau que necessita ser transportado para que nos possamos posicionar no nível seguinte. Aplicado à re-estruturação do sector público na sociedade em rede, este “software” passa também pela assunção da interactividade, pelo reconhecimento e favorecimento da flexibilização do trabalho e pela re-estruturação do sistema educativo. Deste último dependem outros factores fundamentais, tais como o desenvolvimento de consciência crítica, promovendo dessa forma a criatividade e a inovação¹³⁵.

¹³¹ Borja e Castells, 1997

¹³² Himanen et al, 2011: 26

¹³³ A expressão “software territorial” em Portugal é da autoria de Frederico Lucas, dinamizador do Projecto “Novos Povoadores”. Seguimos aqui a linha de pensamento preconizada por este projecto, que pretende a valorização do Software Territorial enquanto instrumento capaz de “gerar valor sobre as infra-estruturas existentes”. Para mais informações sobre este projecto, consultar as Fontes.

¹³⁴ Lehtovuori em Kong e O’Connor, 2009: 213

¹³⁵ Ver o caso apresentado em anexo no quadro 4.3.1. – Detroit FAB Lab.

A reconfiguração da forma como consideramos os próprios espaços físicos (um pensamento lateral, e por isso criativo, sobre as infra-estruturas), naturais ou edificados, também pode traduzir uma abertura à diversidade, que já identificámos como fundamental. Por exemplo, reconhecendo-lhes funcionalidades que reflectam a hibridez das dinâmicas de vida dos próprios indivíduos, nos nossos dias. “Já não é adequado pensar unicamente em termos de funções fixas para as actividades de um determinado espaço, e respectiva especialização desses espaços para determinadas actividades – tais como casas de habitação, locais de trabalho, locais para aprendizagem, para entretenimento, e por aí fora. Uma parte crescente do espaço urbano tem que ser flexível, apetrechada electronicamente enquanto espaço de fusão ocupado.”¹³⁶ E como sugerem Laura Burkhalter e Manuel Castells, ficam em aberto outras formas de sociabilidade que podem emergir destas novas formas de vivenciar os espaços públicos¹³⁷. Retomemos por isso a ideia de Charles Landry, já anteriormente referida, sobre o encarar da cidade mais como um organismo vivo do que como uma máquina. Essa ideia parece-nos enquadrar-se bem nesta transição que propomos, de valorização do “hardware” para o “software”, já que ela “faz deslocar a concentração política nas infra-estruturas físicas para uma dinâmica urbana e para o bem estar e a saúde das pessoas de uma forma geral, implicando uma abordagem sistémica aos problemas urbanos.”¹³⁸ Sir Ken Robinson apresenta-nos também uma tese de grande interesse, que vai ao encontro desta valorização do capital humano. Tomando por base os recursos naturais e os recursos humanos, este autor faz uma analogia semelhante, chamando a atenção para o seguinte:

“No centro das novas estratégias necessárias para o mundo dos negócios e da educação, tem que estar um novo conceito de recursos humanos. É neste sentido que apontam as ideias sobre inteligência e criatividade que venho desenvolvendo. É fundamentalmente uma questão de ecologia. A ideia de ecologia teve um enorme impacto sobre o nosso pensamento acerca dos recursos naturais do planeta. Hoje em dia reconhecemos que durante a Revolução Industrial, fizemos um uso muito parcial dos recursos da Terra. Gastámos ou destruámos do que ela tinha para oferecer porque não éramos capazes de reconhecer o seu valor. Ao longo do percurso, pusemos em perigo o equilíbrio da natureza, por não reconhecermos como os diferentes elementos do ambiente se sustentam uns aos outros. Embora os perigos continuem, hoje em dia compreendemo-los. Existe uma calamidade semelhante no nosso uso dos recursos humanos que ainda não foi reconhecida. (...) Pusemos em perigo o equilíbrio da natureza humana por não reconhecermos o quanto os diferentes elementos das nossas capacidades se sustentam e se enriquecem mutuamente.”¹³⁹

¹³⁶ Mitchell, em Castells e Cardoso, 2005: 342

¹³⁷ Burkhalter e Castells, 2009: 3

¹³⁸ Landry, 2000: 53

¹³⁹ Robinson, em Hartley: 204

É claro que não ignoramos o valor da infra-estrutura. Permanecem actuais e muito pertinentes questões como as dos custos com habitação, níveis de segurança, rede de transportes¹⁴⁰, de iluminação, enquanto elementos infra-estruturais importantes para atrair e fixar as populações num determinado território. A valorização do “software” traduz porém a necessidade de reforçar o investimento em medidas que permitam desenvolver estilos de vida pautados pelo bem estar, garantindo a atractividade dos territórios, a qual não se resume à existência de infra-estruturas, por melhores que estas sejam. É ao nível da inclusão social que encontramos medidas de desenvolvimento territorial que, tendo por base a cultura, a criatividade e a cidadania, acentuam o valor das experiências de bem-estar na vida de todos os dias. Um estilo de vida que se traduz no fundo numa situação económica estável mas também em níveis de segurança satisfatórios, num trabalho estimulante, em resumo, em vivências diárias que representem uma motivação para a presença num determinado território. A promoção da diversidade passa assim por ter em boa conta as diferentes dinâmicas de vida dos nossos dias. “(...) porque é que o sistema tem sido tão totalmente resistente a novas políticas de planeamento que reflectissem de modo mais adequado a diversidade e a demografia de um lugar?”¹⁴¹ Trata-se simplesmente de considerar mais as *peessoas* e menos as *coisas*. O que implica considerar mais as ligações e as redes que vão sendo construídas no contexto da sociedade informacional, sem qualquer prejuízo para as vivências territoriais¹⁴².

Este investimento nas pessoas talvez represente o maior dos desafios. Será porventura mais fácil a política “xerox” ou simplesmente acreditar no sucesso garantido ao replicar exemplos bem-sucedidos, como é o amplamente conhecido exemplo de Silicon Valley. Mas esta perspectiva ignora ou desvaloriza as questões directamente relacionadas com a construção de identidades, com a vertente cultural de cada território, quando nos parece que a chave para o desenvolvimento dos territórios está no investimento nas pessoas, ao nível da construção de identidades culturais e é claro, na educação. A identidade cultural de uma comunidade, as suas políticas de educação e de promoção da criatividade mas também de participação na vida pública são estratégias de desenvolvimento territorial e devem ser entendidas como tal. E podem ser estratégias de regeneração urbana, para além da regenera-

¹⁴⁰ A abordagem de Laura Burkhalter e Manuel Castells na obra citada quanto às questões da mobilidade é do maior interesse, alertando para os custos associados a este aspecto da vida quotidiana e como um sistema de transportes diversificado, que vá ao encontro das diversas necessidades das suas populações, é um factor de desenvolvimento decisivo para a cidade. O artigo dá alguns exemplos concretos de opções urbanísticas que promovam um acesso efectivo a meios de transporte alternativos, como é o caso do recurso à bicicleta, para além de outras propostas de regeneração urbana.

¹⁴¹ Burkhalter e Castells, 2009: 2

¹⁴² Ver o caso apresentado em anexo no quadro 4.3.2. – Creative PlaceMaking.

ção infra-estrutural, dos edifícios. Uma ideia corroborada por António Serrano et al, afirmando que, em relação a Portugal:

“A aposta das cidades e dos territórios (...) terá que ser no desenvolvimento de Planos Estratégicos de terceira geração, que incorporem as dimensões de capital intelectual, do conhecimento, das tecnologias de informação e comunicação e da memória territorial no apoio à decisão estratégica e no apoio à construção de redes de cooperação para garantir a competitividade dos espaços territoriais.”¹⁴³

Evoluímos desta forma para um conceito de urbanismo humanista. “Ao fim e ao cabo as cidades precisam de um *ambiente de pessoas* ainda mais do que de um ambiente de negócios. (...) Em vez de financiar empresas, estádios ou centros comerciais, as comunidades precisam de estar abertas à diversidade e investir nos estilos de vida, nas opções e comodidades que as pessoas realmente desejam.”¹⁴⁴ Tendo também em conta que todas estas medidas têm como finalidade uma sustentabilidade económica para os territórios, a sua reconfiguração e afirmação num contexto globalizado não poderá ser indiferente ao que as pessoas esperam dele, nem ao que as pessoas desejem concretizar nele. As organizações terão que reflectir estas necessidades, para garante da sua própria sustentabilidade e é claro, dos próprios territórios.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida permitiu-nos aprofundar em que termos o desenvolvimento dos territórios na sociedade informacional pode estar directamente ligado à cultura, à criatividade e à cidadania. Esta análise aponta para os indivíduos enquanto principais actores desta equação, na qual as organizações têm um papel essencial a desempenhar, enquanto entidade capaz de canalizar o talento e a criatividade individual num sentido efectivamente produtivo. O território é o plano de concretização das existências humanas às quais todas as estratégias se dirigem. Há respostas, em termos de desenvolvimento, que dependem das dinâmicas territoriais, já que é esse o contexto no qual se interpenetram diferentes realidades históricas, culturais e sociais¹⁴⁵ que, cruzadas com os factores económicos, podem produzir a diferença, a distinção, num contexto global.

De entre as políticas a adoptar, parece-nos bastante evidente a prioridade a atribuir à Educação, algo que apenas superficialmente foi possível abordar no presente estudo. A este nível vale a pena sublinhar de novo a questão da inter-disciplinariedade. A actual hierarquização curricular que coloca a matemática e a língua no topo da tabela de valores e as artes no seu final faz pouco sentido no contexto de uma sociedade criativa. A organização territo-

¹⁴³ Serrano et al, 2005: 165

¹⁴⁴ Florida, 2002: 283

¹⁴⁵ Garofoli, 2002: 227

rial, tal como alguns dos autores que tivemos oportunidade de citar, parece estar construída segundo essa mesma hierarquia. A reconfiguração do território passa afinal por uma reconfiguração da estrutura social, reconhecendo a necessidade de uma mudança de paradigma que, no caso da Educação, é referida por Sir Ken Robinson, destacando a importância a atribuir à criatividade neste âmbito¹⁴⁶. A articulação de diferentes áreas, tais como a matemática e a música, por exemplo, prefiguram caminhos possíveis em termos pedagógicos¹⁴⁷.

A criatividade é também crucial no âmbito das políticas de inovação e desenvolvimento, reflectindo-se a diferentes níveis – social, educativo e económico. “Temos que começar a pensar na criatividade como um bem comum, tal como a liberdade ou a segurança. É algo de essencial que nos pertence a todos, e que deve ser sempre alimentado, renovado e mantido – sob pena de desaparecer.”¹⁴⁸ Mas esse capital criativo, embora esteja potencialmente em qualquer indivíduo, não poderá afirmar-se e desenvolver-se em favor de um colectivo sem que instituições, organizações, cidades, definam e apliquem políticas que favoreçam a transformação desse capital individual, da esfera privada para a esfera pública. Uma boa parte dessas políticas deverá assentar na criação de um ambiente adequado para que a criatividade se efective: políticas de desenvolvimento tecnológico, captação e fixação de talentos nos territórios, tolerância face à diversidade, mediante uma especial atenção a medidas de inclusão social que vão para além das medidas de combate à exclusão social. Mas a criatividade não é remédio milagroso. Tal como referido por Hans Mommaas, ela tem as suas próprias “complexidades e diferenciações”¹⁴⁹, pelo que reforçamos a ideia de que devemos evitar a transição de um determinismo tecnológico para um determinismo criativo.

Sem perder de vista que “(...) a criatividade e o talento são factores importantes subjacentes ao desenvolvimento regional”¹⁵⁰, é na identidade cultural, na diversidade entendida como aquilo que melhor distingue um determinado território, que encontramos as raízes mais consistentes com vista a esse mesmo desenvolvimento. Voltando aos índices de desenvolvimento económico preconizados por Richard Florida – os três T’s –, concluímos esta análise acreditando que os territórios que registem valores elevados nestes índices podem não ter, nas suas dinâmicas próprias de gestão e funcionamento, todas as condições garantidas para que possamos falar de facto em desenvolvimento sustentável. A Tecnologia não é Conhecimento. O Talento não é Competitividade. A Tolerância não é Inclusão.

¹⁴⁶ Links para as conferências “TED Talks”, “Escolas matam a Criatividade?” e RSA Animate – Changing Education Paradigms disponíveis em “Fontes”.

¹⁴⁷ Julgamos que as necessidades de mudança do paradigma da educação justificam plenamente a continuidade desta reflexão e o seu aprofundamento teórico e prático, constituindo-se como uma prioridade social.

¹⁴⁸ Florida, 2005: 269

¹⁴⁹ Mommaas, em Kong e O’Connor, 2009: 52

¹⁵⁰ Hansen et al, em Kong e O’Connor, 2009: 99

Os territórios, mas especialmente pela sua concentração demográfica, as cidades, configuram-se como o palco onde melhor decorre a construção de identidades colectivas e de afirmação da competitividade à escala global. Esta possibilidade será tanto mais efectiva quanto mais efectivo for também o contexto social propiciador de uma ecologia criativa, em que os indivíduos possam concretizar as suas expectativas de conforto e de desenvolvimento das suas capacidades. Para a efectivação das políticas de criatividade, é essencial o envolvimento das indústrias culturais e criativas, pelo menos por três motivos: primeiro, porque se verifica a importância crescente que estas indústrias têm vindo a adquirir para o dinamismo económico de muitos países. No caso da Europa, alguns estudos¹⁵¹ apontam directamente nesse sentido, pelo que, de forma directa, já se torna forçoso o reconhecimento da relevância dessas indústrias. Em casos como a Dinamarca, Finlândia, França, Reino Unido e Noruega, o sector cultural e criativo representa já mais de 3% do seu PIB; segundo, porque a criatividade é algo de imanente a estas indústrias no normal desenvolvimento da sua actividade, sendo também a capacidade de articular diferentes áreas disciplinares uma característica muito própria, que urge estimular. É inquestionável a importância actual da interdisciplinariedade no que às políticas de desenvolvimento diz respeito; terceiro, porque às actividades culturais estão associadas dinâmicas de coesão social essenciais para o fortalecimento das relações inter-pessoais e para a construção de uma identidade consistente.

Propomos que a inter-disciplinariedade seja aplicada à gestão dos territórios, encontrando outras inteligências que possam contribuir para a sustentabilidade do seu desenvolvimento: “Em comparação com as competências cognitivas e linguísticas, outras formas de inteligência – espacial, visual, musical, corporal-cinestésica, pessoal, psicológica e interpessoal – continuam marginalizadas. (...) Só podemos resolver os problemas da cidade de forma criativa se aplicarmos diferentes perspectivas de entendimento e diferentes chaves de interpretação. (...) Um desenho pode expressar um pensamento, uma peça musical pode dar eco a um sentimento político, ou um filme pode expor uma visão.”¹⁵² O espaço não pode ser entendido sem referência às diversas práticas sociais que nele ocorrem¹⁵³, e nesse sentido consideramos relevantes estes elementos para as políticas de desenvolvimento territorial: a Cultura, pela via da construção de identidades, a Criatividade, pela via do investimento na diversidade e naquilo que distingue cada território, a Cidadania, pela via da valorização dos seres humanos e da sua participação e envolvimento na comunidade. A sociedade informacional cria as condições necessárias e essenciais para as ligações em rede e interactividade que sustentam todos estes elementos. A cultura de envolvimento e de cidadania estrutura os indivíduos com as competências sociais que lhes permitem deixar a sua marca no

¹⁵¹ AAVV, 2006

¹⁵² Landry, 2000: 63

¹⁵³ Castells, 2007: 534

mundo globalizado. Acreditamos ser este o alimento do qual dependem os locais para que se desenvolvam. A regeneração urbana passa pela valorização das vivências que acontecem face-a-face e da qualidade da vida de todos os dias. Pelo reconhecimento da interactividade e conectividade enquanto elementos-chave para a construção de sentimentos de pertença. E finalmente, pela mobilização do potencial criativo dos mais diversos indivíduos em favor de uma organização social que faça emergir a identidade colectiva, uma marca própria e distinta. Acreditamos que esta ligação ao local, a construção de uma identidade pela via da cultura e da criatividade, da conectividade e interactividade, traz o vínculo necessário a uma maior participação na vida pública. “A recolha, processamento e partilha de informação constituem as principais condições de geração de riqueza e sucesso económico e correspondem exactamente, também, às condições necessárias a um exercício pleno da cidadania.”¹⁵⁴

Recordemos por fim as questões enunciadas no início do presente estudo. Qual o papel dos territórios na vida individual e social? O que é que os territórios têm para dar às pessoas que só eles podem oferecer? Qual o contributo individual possível para aumentar a competitividade e o desenvolvimento territorial, num mundo globalizado e ligado em rede? Que papel cabe hoje em dia aos estados e às organizações desempenhar neste mesmo contexto? Concluimos que é nos territórios que continuamos a existir. É no território que decorrem novas dinâmicas de experiências face-a-face que se reconstróem através da sociedade informacional. Cada território tem assim a potencialidade de oferecer condições para uma vivência de bem estar, com elevados padrões de qualidade, o que inclui a possibilidade de desenvolvimento do potencial criativo individual. É nessas vivências diárias, ocorridas no território, que podemos encontrar os elementos necessários à construção de uma identidade que vá para além do individualismo, desenvolvendo sentimentos de pertença dos quais também precisamos para uma existência plena. Cada indivíduo detém potencial criativo que, aplicado num determinado território, contribui positivamente para a sua competitividade económica e distinção no mundo global. Envolvido na sua comunidade, espera-se que o indivíduo participe na vida pública e contribua positivamente para o desenvolvimento local. Cabe por isso aos estados e às organizações reconhecer a importância das questões da cultura, da criatividade e da cidadania nas estratégias de desenvolvimento territorial, que no fundo se traduzem num reconhecimento do valor humano existente no território e que devem pautar-se pela valorização do aspectos supra-estruturas inerentes à gestão dos territórios.

Porque constituímos o território, da mesma forma que ele nos constitui a nós, retomemos o início, para evocar afinal os termos próprios da língua portuguesa, que distingue o “ser” do “estar”. Para sermos plenamente, precisamos de estar.

¹⁵⁴ Cardoso, 2006: 574

FONTES

- Guimarães 2012, Capital Europeia da Cultura: Programação disponível em <http://www.guimaraes2012.pt/>.
- Ken Robinson, Comunicação “TED Talks”, “Escolas matam a criatividade?”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=yFi1mKnvs2w> (Parte 1) e http://www.youtube.com/watch?v=0pn_oTlwy4g (Parte 2)
- Ken Robinson, RSA Animate – Changing Education Paradigms: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=zDZFcDGpL4U
- Novos Povoadores: <http://infoex.pt/> e <http://www.novospovoadores.pt/>
- Público “P3”: <http://p3.publico.pt/static/projecto>
- Wikipedia: <http://en.wikipedia.org>

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2006), *The Economy of Culture In Europe*, KEA European Affairs, Comissão Europeia (Online).
Disponível em http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873_en.htm (Fevereiro de 2011).
- AAVV (2009), *The Impact of Culture on Creativity*, KEA European Affairs, Comissão Europeia (Online).
Disponível em http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc2183_en.htm (Maio de 2011).
- Andersen, Johannes e Niels Nørgaard Kristensen (2006), “Between Individualism and Community: On Media Consumption, Political Interest and the Public”, *Nordicom Review*, (27), pp. 69-85 (Online).
Disponível em http://www.nordicom.gu.se/common/publ_pdf/242_andersen_kristensen.pdf (Janeiro de 2012).
- Borja, Jordi e Manuel Castells (1997), *Local and Global: the management of cities in the information age*, Londres, Earthscan.
- Burkhalter, Laura e Manuel Castells (2009), “Beyond the crisis: towards a new urban paradigm” (Online).
Disponível em <http://archinect.com/features/article/90159/beyond-the-crisis-towards-a-new-urban-paradigm> (Outubro de 2011).
- Cardoso, Gustavo (2006), *Os Média na Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carlos, Ana Fani Alessandri e Amália Inês Geraiges Lemos (orgs.) (2005), *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*, São Paulo, Contexto.
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2007), *O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II* (2.ª Edição), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2010), “Globalisation, Networking, Urbanisation: Reflections on the Spatial Dynamics of the Information Age”, *Urban Studies* (Online), (47), pp. 2737-2745.
Disponível em <http://usj.sagepub.com/content/47/13/2737> (Outubro de 2011).
- Castells, Manuel e Gustavo Cardoso (2005), *A Sociedade em Rede. Do conhecimento à acção política*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Castells, Manuel e Pekka Himanen (2007), *A Sociedade da Informação e o Estado-providência. O modelo finlandês*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coleman, Stephen e Jay G. Blumler (2009), *The Internet and Democratic Citizenship: theory, practice and policy*, Nova York, Cambridge University Press.
- Crane, Diana, Nobuko Kawashima e Ken'ichi Kawasaki (eds.) (2002), *Global Culture: media, arts, policy and globalization*, Nova York, Routledge.
- Dahlgren, Peter (2009), *Media and political engagement: citizens, communication, and democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Florida, Richard (2002), *The Rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*, Nova York, Basic Books.
- Florida, Richard (2005), *The Flight of the creative class: the new global competition for talent*, Nova York, Harper Collins.
- Fortuna, Carlos (org.) (1997), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta Editores.
- Frey, Klaus (2003), “Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em Rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação”, *Revista Sociologia Política (Online)*, (21), pp. 165-185.
Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a11n21.pdf> (Novembro de 2011).
- Ganley, Barbara (2010), “Re-Weaving the Community, Creating the Future. Storytelling at the Heart and Soul of Healthy Communities” (*Online*).
Disponível em http://www.orton.org/resources/storytelling_essay (Julho de 2012).
- Garofoli, Gioacchino (2002), “Local Development in Europe: Theoretical Models and International Comparisons”, *European Urban and Regional Studies (Online)*, (9), pp. 225-239.
Disponível em <http://eur.sagepub.com/content/9/3/225> (Outubro de 2011).
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- Gurstein, Michael (1999), “Flexible networking, information and communications technology and local economic development”, *First Monday (Online)*, IV, (2).
Disponível em <http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/649/564> (Agosto de 2011).
- Hartley, John (2005), *Creative Industries*, Malden, Blackwell Publishing.
- Himanen, Pekka, Alex Au e Paula Marguiles (2011), “The New Incubators”, *World Policy Journal (Online)*, (28), pp. 22-34.
Disponível em <http://wpj.sagepub.com/content/28/3/22> (Outubro de 2011).
- Jenkins, Henry e David Thorburn (eds.) (2004), *Democracy and New Media*, Londres, The MIT Press.
- Kong, Lily e Justin O'Connor (eds.) (2009), *Creative Economies, Creative Cities: Asian-european perspectives*, Nova York, Springer.
- Landry, Charles (2000), *The Creative City: a toolkit for urban innovators*, Londres, Earthscan.
- Lipovetsky, Gilles e Jean Serroy (2008), *A Cultura-Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*, Lisboa, Edições 70.
- Markusen, Ann e Anne Gadwa (2010), White Paper “Creative Placemaking” (*Online*).
Disponível em <http://arts.gov/pub/pubCat.php?cat=Design> (Março de 2012).
- McGuigan, Jim (1996), *Culture and the Public Sphere*, Londres, Routledge.
- Melo, Alexandre (2002), *Globalização Cultural*, Lisboa, Quimera Editores.
- Milani, Carlos (2003), “Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)”, comunicação apresentada na IV Conferência Regional ISTR-LAC, realizada em San José, Costa Rica, de 8 a 10 de Outubro de 2003 (*Online*).
Disponível em www.lasociedadcivil.org/docs/.../carlosmilanip.pdf (Agosto de 2011).

- Morgado, Isabel Salema (2009), *Direitos do Homem, Imprensa e Poder*, Covilhã, Livros LabCom (Online).
Disponível em http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110818-morgado_direitos_homem.pdf (Janeiro de 2012).
- Morgado, Isabel Salema e António Rosas (orgs.) (2010), *Cidadania Digital*, Covilhã, Livros LabCom (Online).
Disponível em <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/morgado-rosas-cidadania-2010.pdf> (Janeiro de 2012).
- Nascimento, Susana (2003), “Mediaticamente «Homem Público»: sobre a dimensão electrónica dos espaços públicos”, *Agora::net – Revista sobre Novos Media e Cidadania*, pp. 1-26 (Online).
Disponível em <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/01.html> (Janeiro de 2012).
- Pratt, Andy C. (2008), “Creative cities: the cultural industries and the creative class”, *Geografiska annaler: Series B – Human geography* (Online), 90 (2), pp. 1-23.
Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/20704/> (Junho de 2012).
- Peck, Jamie (2005), “Struggling with the Creative Class”, *International Journal of Urban and Regional Research* (Online), XXIX (4), pp. 740-770.
Disponível em www.brynmawr.edu/Acads/GSSW/schram/peck.pdf (Junho de 2012).
- Pereira, Lúcia Helena (2011), “Média e Esfera Pública: o valor emancipatório de um conceito”, *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Doutoramento do CES / FEUC / FLUC 7, III, (6)*, pp. 1-29 (Online).
Disponível em <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n6/documentos/09-LuciaHelena.pdf> (Janeiro de 2012).
- Rubio, Antonio Méndez (2009), “Mediatización y desaparición del espacio público”, *Líbero*, (24), pp. 21-30 (Online).
Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6782/6124> (Novembro de 2011).
- Ruiz, Jordi Pascual I e Sanjin Dragojevic. (2007), *Guide to Citizen Participation in Local Culture Policy Development for European Cities* (Online), Amsterdão, European Cultural Foundation, Barcelona, Interarts Foundation, Bucareste, ECUMEST Asociacion.
Disponível em www.ecumest.ro/pdf/Guide_to_Citizen_Participation_EN_web.pdf (Agosto de 2011).
- Serrano, António, Fernando Gonçalves e Paulo Neto (2005), *Cidades e Territórios do Conhecimento: um novo referencial para a competitividade*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Short, John R. (1989), *The Humane City: cities as if people matter*, Cambridge, Basil Blackwell.
- Silva, Augusto Santos e Helena Santos (2010), “A transformação cultural de cidades médias, segundo os seus agentes culturais”, *Sociologia, Problemas e Práticas* (Online), (62), pp. 11-34.
Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2167?mode=simple> (Novembro de 2011).
- Watson, Elizabeth (2007), “Who or What Creates? A Conceptual Framework for Social Creativity”, *Human Resource Development Review* (Online), (6), pp. 419-441.
Disponível em <http://hrd.sagepub.com/content/6/4/419> (Outubro de 2011).

ANEXOS

Quadro 4.1.1. – Story Telling

A “Orton Family Foundation” é uma organização dedicada à valorização dos aspectos peculiares de cada território, enquanto factores relevantes para o seu desenvolvimento. O principal objectivo das suas acções é contribuir para que a evolução e mudança das pequenas localidades não seja dissociada dos seus valores culturais, sociais e ambientais. Através de uma estratégia assente fundamentalmente na comunicação (digital e face-a-face), pretende-se que o planeamento urbano esteja intimamente ligado à participação cívica, ao envolvimento das populações locais, criando correntes informais favoráveis a essa participação e envolvimento, o qual se processa através da afirmação das memórias colectivas da comunidade, contando histórias; no original, *Story Telling*.

O *Story Telling* assenta nas ligações em rede *online* e *offline*. Aquilo que propõe é que, reavivando as memórias colectivas pelo contar de histórias, sejam reforçados os sentimentos de pertença, de confiança, responsabilidade e eficácia colectiva. No “White Paper” dedicado a este projecto¹ encontramos propostas de utilização das histórias da comunidade enquanto ferramentas de planeamento, dando uma visão mais humana, pela via da memória cultural, dos problemas que o território enfrenta. Esta ferramenta deverá ser utilizada a par das ferramentas de planeamento tradicionais, relacionadas com dados estatísticos e lógica matemática. E para o estabelecimento destas ligações em rede, todos os meios tecnológicos disponíveis hoje em dia podem contribuir positivamente.

Todo o projecto pressupõe um envolvimento das pessoas com a causa pública mas também dos responsáveis políticos com toda a comunidade, pressupondo que os mesmos estão disponíveis para ouvir primeiro e decidir depois, levando em linha de conta a expressão dessas vontades. Trata-se da definição de estratégias tendo por base *significados*, que se posicionam *antes* dos dados numéricos. É muito sublinhada a importância do *ouvir*, a par da importância do *contar*.

O desenvolvimento de projectos que tenham por base este conceito e objectivos em diferentes contextos sociais e culturais será certamente um grande desafio. Não se trata apenas de juntar pessoas e contar histórias, trata-se sobretudo de o fazer com objectivos estratégicos e efectivos em termos de definição de políticas. Esses objectivos não estiveram presentes aquando da realização do Projecto “Cais 14”, que apresentamos no quadro 4.1.2. Contudo, este é um bom exemplo do potencial de afirmação identitária associada ao simples contar de uma história, e é nessa medida que será também apresentado.

Destaca-se em Story Telling: *A valorização do contar mas também do ouvir. A criação de redes de comunicação para a recuperação de memórias colectivas e identificação de significados, com objectivos estratégicos de desenvolvimento.*

* Mais informações sobre a Orton Family Foundation: www.orton.org.

¹ Ganley, 2010

Quadro 4.1.2. – “Cais 14”, Projecto de Teatro de Comunidade *

“Cais 14”² é o título de um espectáculo de teatro realizado a 10 e 11 de Março de 2012, na Sociedade Euterpe Alhandrense (SEA), em Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira. Foi um dos projectos desenvolvidos no âmbito de um programa mais vasto de iniciativas ligadas ao teatro, o “Teatro Connosco”, criado para assinalar a valência do Teatro no contexto das actividades regulares da SEA, no ano em que a colectividade celebra 150 anos de existência. O cais da vila de Alhandra foi o mote para fazer uma homenagem ao rio Tejo e, paralelamente, a toda a história de uma comunidade que lhe está directamente associada. É um exemplo de como, através da recuperação das memórias e do investimento no património imaterial, é possível desenvolver acções no terreno que procurem sedimentar a identidade de um determinado território.

Ao “Cais 14” está inerente o conceito de Teatro de Comunidade. Em Portugal existe um ramo de especialização nesta área no Mestrado em Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema. A directora artística do “Cais 14” foi Rita Wengorovius, uma das docentes do referido Curso de Mestrado e também directora artística da companhia Luso-italiana, Teatro Umano. Rita Wengorovius, no texto de apresentação do “Cais 14” (ver programa geral), refere que “um povo sem memória é um povo sem história”. Todo o espectáculo foi assim concebido a partir dos contributos de pessoas integradas na comunidade, através da recolha de testemunhos junto da população idosa, de objectos posteriormente usados como elementos cenográficos ou figurinos e de fotografias de época, corporizando naquele espectáculo teatral a identidade cultural de um território, no caso concreto, da vila de Alhandra, “dando voz ao potencial histórico, simbólico e poético” desta comunidade (programa geral: 11). O espectáculo envolveu um total de 111 pessoas e outras entidades da comunidade local não vocacionadas para a actividade artística, como é o caso dos Bombeiros Voluntários de Alhandra.

Destaca-se no Cais 14: *O investimento em sentimentos de pertença e de construção de identidades colectivas através da recuperação das memórias, transportando-as para actividades de natureza cultural.*

* Mais informações sobre: Escola Superior de Teatro e Cinema: <http://www.estc.ipl.pt/>;

Teatro Umano: <http://www.facebook.com/pages/TEATRO-UMANO/188952634483553>;

Projecto “Teatro Connosco” (programa geral):

http://issuu.com/menaserrazina/docs/teatro_connosco_-_programa_mail;

Espectáculo “Cais 14” (documentário de preparação do espectáculo):

<http://www.youtube.com/watch?v=9w14j0OAozI> (Parte 1) e

http://www.youtube.com/watch?v=U5kVeH9ww_Q (Parte 2).

² Cais 14 é a designação do Cais da Vila de Alhandra.

Quadro 4.2.1. – Pólo de Indústrias Criativas da Universidade do Porto (PINC) *

O PINC integra o UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, que desenvolve também projectos noutras áreas, para além das indústrias criativas. Existem os Pólos Tecnológico, do Mar e de Biotecnologia. Encontra-se algum paralelismo na estrutura de funcionamento deste Pólo com os “fabrication laboratories”, ou FABLab’s, entendidos enquanto espaços que disponibilizam um conjunto de equipamentos e recursos (tecnológicos ou outros), colocados à disposição para o desenvolvimento de ideias inovadoras e potenciais novos ramos de negócio.

O UPTEC foi fundado em 2007, dedicando-se especificamente a projectos na área tecnológica. O PINC foi o segundo pólo a ser criado, em 2010. O Parque de Ciência e Tecnologia é financiado pelo QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, estando actualmente em curso 30 projectos no PINC, de entre um total de 120 que integram todos os pólos. O UPTEC está nos 25 finalistas para atribuição dos prémios “Regiostars 2013!”, promovido pela Comissão Europeia. O objectivo destes prémios é a identificação de boas práticas de desenvolvimento regional, destacando projectos originais e inovadores.

Tal como nos refere Fátima São Simão³, o PINC tem como estratégia a valorização do conhecimento no mercado. O fluxo das actividades é dinâmico: por um lado, a criação de condições favoráveis a “start up’s”, jovens projectos que contribuam para a valorização do conhecimento; por outro lado, atraindo outros projectos que se associem a grupos de investigação da universidade, integrado alunos e outros, encontrando interesses mútuos na partilha de recursos, tecnológicos e humanos. A este nível, refira-se por exemplo a parceria estabelecida com o Jornal “Público” e o desenvolvimento do seu projecto digital “P3”⁴.

O PINC constitui-se em *cluster* e tem como principal mais-valia a partilha de recursos, serviços e, especialmente, conhecimento. O processo de incubação divide-se em várias fases. A entrada de novos projectos é informal e o critério de admissão passa sobretudo pelo carácter diferenciador da própria equipa e das ideias apresentadas. São valorizados projectos que se enquadrem nos objectivos da Universidade do Porto, mas em que haja também um manifesto interesse em interagir com outras empresas já incubadas. Passado o período de pré-incubação, em que não há lugar a qualquer pagamento pelo acesso aos recursos disponibilizados (instalações, meios tecnológicos e redes de informação) e durante o qual é avaliada a viabilidade dos projectos, as empresas incubadas, mediante o pagamento de um valor mensal, passam a desenvolver a sua actividade autonomamente mas usufruindo, para além das instalações, de toda uma rede de contactos, desde logo as Escolas que integram a Uni-

³ Gestora executiva do PINC.

⁴ Para mais informações sobre o P3 e as parcerias estabelecidas, consultar as Fontes.

versidade mas também, por exemplo, workshops direccionados à sua actividade e a própria ligação privilegiada às restantes empresas incubadas. Num período de incubação estimado entre 3 a 5 anos, estas empresas deverão consolidar a sua actividade, numa perspectiva de posterior saída do PINC. Existem actualmente duas empresas que já concluíram todo o processo, mantendo hoje em dia o seu funcionamento na cidade do Porto.

No que respeita às principais dificuldades inerentes ao projecto, Fátima São Simão refere as assimetrias que por vezes existem entre o modo de funcionamento do PINC e a sua ligação a uma instituição centenária, como é o caso da Universidade do Porto, sujeita a regras muito mais formais e burocráticas. Embora considere que a mudança de paradigma no funcionamento das instituições seja uma realidade, o processo não decorre sem algumas dificuldades. A gestora executiva do PINC observa assim que “por um lado, temos empresas muito dinâmicas e energéticas, por outro lado, uma malha institucional pesada”. Outro desafio constante diz respeito à admissão de novos projectos, sendo necessário ter especial atenção ao capital de risco. Algumas empresas que procuram associar-se ao PINC têm por vezes como principal objectivo o rápido acesso a ganhos, em que as outras empresas já incubadas são vistas mais como potenciais clientes do que como parceiros efectivos. A gestão do Pólo procura evitar estas situações, que se afastam dos objectivos iniciais, procurando não perder de vista o princípio de interactividade e de partilha de conhecimento que norteia todo o projecto.

Exemplo de empresa incubada: o CLAAAN

Os sócios-gestores do CLAAAN⁵ identificam a empresa como um estúdio criativo na área das soluções *media* e do *design* digital, detendo já diversas experiências de trabalho em vários países, como por exemplo, a Áustria e o Chile. O CLAAAN integra o PINC desde Abril de 2011 e a sua actividade resulta de uma fusão entre a vertente de programação web e o *design* de comunicação. O lançamento da aplicação “Leafer” (que permite converter um PDF numa publicação digital interativa e multimédia) mereceu um reconhecimento em 2011, no “Tech Media Europe 2011”, conquistando o prémio de melhor apresentação⁶. Essa projecção conduziu a um convite para que a sua actividade fosse desenvolvida em associação com o PINC.

Os responsáveis pelo CLAAAN consideram que a grande mais-valia desta experiência enquanto empresa incubada são as potencialidades de aprendizagem que resultam do funcionamento em *cluster*. Não existe um ambiente de competição, mas sim de cooperação, fundamental numa era em que “a partilha e a interactividade são tudo”. São as ligações em re-

⁵ Clara Vieira e Andreas Eberharterdo

⁶ <http://claan.com/blog/2011/02/07/claan-wins-best-presentation-award-at-tech-media-europe-2011/>

de e os contactos que se vão estabelecendo, a maior vantagem que retiram desta integração no PINC. Composta actualmente por cinco elementos, um dos projectos em curso é a concepção do portal de empreendedorismo da Universidade do Porto.

Exemplo de empresa incubada: a OSTV

A OSTV é a empresa responsável pelo Canal 180. Este canal, exclusivamente dedicado às artes e à criatividade, tem por base o conceito “open source television” e o funcionamento em rede. Em 2010 obteve o Prémio Nacional das Indústrias Criativas Unicer/Serralves e emite regularmente desde 25 de Abril de 2011. O Canal 180 transmite programas de produção própria, no qual se destaca o magazine cultural, integrando também na sua emissão vídeos produzidos em qualquer ponto do país ou do mundo, relacionados com a área cultural. Com uma forte preocupação em promover a diversidade, estão muito receptivos à divulgação de projectos culturais ligados a comunidades. O Canal 180 está presente no cabo (ZON HD, Vodafone TV, Optimus Clix), internet e mobile. O seu magazine cultural é também difundido na rede de Metro do Porto.

A OSTV integra o PINC desde Dezembro de 2010, sendo também uma empresa incubada na Fundação de Serralves. Mas é no PINC que Nuno Alves⁷ encontra maiores potencialidades de ligação em rede e uma forte proximidade a órgãos de comunicação social, tais como o Público e a Agência Lusa. A sinergia de redes entre as várias empresas que integram o PINC é assim o elemento fundamental e a principal mais-valia da adesão ao projecto. Os recursos tecnológicos disponibilizados são também muito importantes. Julga que haveria vantagens em aumentar ainda mais a acessibilidade a todos estes recursos, minimizando os custos para as empresas incubadas. Expressando uma opinião pessoal sublinha que, se as empresas criativas são hoje em dia consideradas como prioritárias, não deverão ser estas, por outro lado, a suportar os custos desse desenvolvimento. E recorda que o Canal 180, ao mesmo tempo que desenvolve a sua actividade, está a proporcionar muitas horas de formação profissional a jovens que encontram aqui uma resposta para a realização de estágios, complementando a sua formação académica.

A equipa de base é composta por 6 pessoas, incluindo 3 estágios profissionais, todos os restantes contributos decorrem de estágios curriculares e de voluntariado, estando estabelecidos protocolos com várias universidades. A evolução do projecto passa por uma aposta mais forte na produção de conteúdos próprios, procurando assim obter outras fontes de financiamento. Para o prosseguimento destes objectivos é contudo necessário uma análise cuidada dos valores de investimento face aos ganhos, quer em meios técnicos quer humanos. A transmissão do Canal na Galiza é uma possibilidade em desenvolvimento. Nuno Ta-

⁷ Director de programação e de recursos humanos da OSTV e responsável técnico do Canal 180.

vares considera que o Canal 180 é algo que o Canal 2 da RTP poderia ter sido e na verdade não o é.

Destaca-se no PINC: *As ligações em rede entre empresas de diferentes áreas, valorizando-se a partilha de informação e conhecimento. A informalidade inerente ao seu funcionamento. A actividade das empresas incubadas que se traduz em produtividade, competitividade económica ao mesmo tempo que proporciona formação profissional para jovens universitários.*

* Para a realização deste trabalho foram conduzidas entrevistas presenciais com Fátima São Simão, gestora executiva do PINC, Clara Vieira e Andreas Eberharterdo (fundadores do CLAAAN) e Nuno Alves da OSTV (director de programação e de recursos humanos, bem como responsável técnico do Canal 180), ambas empresas incubadas e em actividade no PINC. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente a 17 de Maio de 2012, nas instalações do PINC na cidade do Porto.

Mais informações sobre:

UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto: <http://uptec.up.pt/uptec>;

Pólo de Indústrias Criativas: <http://uptec.up.pt/uptec/polo-das-industrias-criativas>

CLAAAN: <http://uptec.up.pt/empresa/ciaan> e <http://ciaan.com>.

OSTV: <http://uptec.up.pt/empresa/ostv> e <http://ostv.pt/>.

Canal 180: <http://canal180.pt/>

Prémios “Regiostars2013!”:

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/regions_for_economic_change/regiostars_en.cfm

Quadro 4.2.2. – Land Share *

O projecto Land Share surgiu em 2009, no seguimento de um programa de televisão exibido no Channel 4, intitulado “River Cottage” (hoje em dia uma organização). Num dos episódios desse programa foi mencionado o exemplo de algumas pessoas que se haviam juntado para cultivar a terra de outros que, sendo proprietários, não a cultivavam. Este exemplo inspirou o Canal a desenvolver um projecto que ligasse em rede outras pessoas igualmente interessadas. Os “allotment” (pequenos pedaços de terra pertencentes ao Estado, que são alugados a baixo custo, com a finalidade de serem cultivados por quem queira produzir a própria comida) existem no Reino Unido mas têm uma elevada lista de espera, não sendo por isso suficientes, face à procura. O Projecto “Land Share” assumiu-se assim também como alternativa possível a esse programa governamental.

O Projecto “Land Share” é financiado pelo Channel 4 (canal do Estado), tendo nos últimos anos obtido financiamento também por parte de outras entidades, tais como a Creative Scotland, especialmente aquando da implantação do projecto na Escócia. O projecto traduz-se na existência de uma rede social, assente na partilha de informação entre uma comunidade específica e com interesses mútuos, estimulando a comunicação entre três tipos de pessoas: as que detêm terra para cultivo, as que pretendem cultivar os próprios alimentos e as que simplesmente pretendam colaborar. Não há trocas de dinheiro envolvidas. O projecto utiliza praticamente todas as dinâmicas presentes na web, promovendo a ligação de pessoas que têm terra com as outras que a querem trabalhar. Embora o portal também promova a troca de informação e de experiências relativamente ao cultivo da terra, esta partilha de conhecimento extravasa o *online*, já que se concretiza no próprio cultivo do terreno. Ou seja, o Land Share começa *online* e termina *offline*, com um impacto social relevante no fortalecimento de comunidades.

Em Agosto de 2012, o projecto contava com mais de 69.700 participantes, entre proprietários, cultivadores e ajudantes, sendo que os acordos de parceria (os promotores sugerem que exista uma formalização escrita) presumem que a actividade decorra durante pelo menos um ano. As principais dificuldades prendem-se com a sustentabilidade do projecto, desde logo financeira, ao longo dos anos. Da existência de financiamento está dependente a sua evolução em termos tecnológicos, permitindo um maior investimento na informação e conhecimento dos seus participantes, por exemplo ao nível de técnicas de cultivo.

Destaca-se no Land Share: *A criação de ligações sociais em rede que são posteriormente consubstanciadas face-a-face. Ou seja, o espaço de fluxos posteriormente concretizado no espaço de lugares. A informalidade inerente a todo o projecto.*

* Para a realização deste trabalho foi conduzida entrevista telefónica com Adam Gee, Comissário Multi-Plataformas do Channel 4 (tradução livre para *Cross-Platform Commissioner*), realizada a 23 de Março de 2012.

Mais informações sobre:

“Land Share”: <http://www.landshare.net/index/>

Channel 4: <http://www.channel4.com/>

River Cottage: <http://www.rivercottage.net/>

Creative Scotland: <http://www.creativescotland.com/>

Quadro 4.3.1. – Detroit FAB Lab *

O projecto Detroit FAB Lab encontra-se em elaboração, projectando-se a sua construção nos próximos dois anos. A ideia inicial surgiu em 2011, no seio da empresa “U3ventures”, cuja actividade de consultadoria e apoio trabalha directamente com Universidades, Fundações e Hospitais, em termos de desenvolvimento económico e imobiliário nos aglomerados urbanos. Em articulação com a Wayne State University e a Fundação “ArtPlace America”, que atribui fundos de apoio a projectos nos Estados Unidos relacionados com a arte e a criatividade nas cidades, surgiu a ideia deste projecto para Detroit. O modelo de FAB Lab pareceu ser o mais adequado⁸ face aos objectivos pretendidos. Tal como referido por Alex Feldman, (um dos mentores do projecto), Detroit foi em tempos o maior aglomerado industrial dos EUA. A sua principal área de actividade era o ramo automóvel. Quando essa indústria se diversificou e perdeu influência face à globalização do mercado, o ambiente de Detroit reflectiu essa decadência. A cidade perdeu cerca de metade da população e o seu centro urbano é uma sombra daquilo que foi em tempos. Há muita falta de investimento, propriedades vazias, não é uma cidade plenamente vibrante, pelo que estão em curso alguns esforços no sentido de recuperar as zonas baixa e média de Detroit pela via da inovação, envolvendo universidades, hospitais e os estudantes que frequentam estes espaços, procurando que essas medidas se traduzam em impactos positivos para a cidade.

Actualmente está em curso a elaboração do plano empresarial. Uma vez concluído esse plano, a busca pela localização mais adequada, a identificação de uma liderança para o projecto, bem como o apuramento de custos para que a actividade a desenvolver tenha sustentabilidade, são as principais prioridades. Em termos de localização, projecta-se a recuperação de um edifício já existente, promovendo também ao nível infra-estrutural a reabilitação urbana.

O Detroit FAB Lab irá disponibilizar instalações, recursos técnicos e troca de conhecimento, mediante o pagamento de uma mensalidade, pela utilização do espaço. O objectivo é dar aos seus utilizadores a oportunidade de desenvolver projectos ou produtos com potencial para se transformarem em negócios viáveis, ou simplesmente para a concretização de algum projecto individual. O conceito deste FAB Lab é o de um apoio estreito ao desenvolvimento de negócios através de ideias criativas, disponibilizando ferramentas tecnológicas mas também competências ao nível do conhecimento que potenciem o desenvolvimento dessas ideias. Pretende-se uma total abertura a toda a comunidade, considerando-se que os interessados nesta fonte de recursos poderão ser estudantes, recém-licenciados das universidades de Detroit, ou mesmo pessoas já aposentadas, com ideias para ocuparem o tempo de que dispõem.

⁸ http://en.wikipedia.org/wiki/Fab_lab

Destaca-se no Detroit FAB Lab: *O conceito de laboratório de ideias e experiências aberto à comunidade. A perspectiva de rentabilidade financeira mediante o apoio à inovação e a estimulação à criação de novas empresas. A consubstanciação do conceito de Creative Placemaking (ver quadro 4.3.2.), procurando revitalizar um determinado território.*

* Para a realização deste trabalho foi conduzida entrevista via Skype com Alex Feldman, membro associado da “U3 Ventures”, com funções de consultadora nas áreas do design, sustentabilidade e planeamento, realizada a 17 de Abril de 2012.

Mais informações sobre:

ArtPlace America: <http://www.artplaceamerica.org/>

U3ventures: <http://u3ventures.com/>.

4.3.2. – Creative PlaceMaking – Construção criativa de lugares *

O conceito de Creative Placemaking assenta na animação de espaços públicos e privados, pela via das actividades culturais. Tomando como ponto de partida as alterações estruturais dos territórios e o seu declínio, quer devido ao abandono da população, por exemplo, dos centros urbanos, quer pela degradação dos próprios espaços físicos, tais como antigas fábricas ou outros edifícios antigos, considera-se que a aposta em iniciativas culturais e criativas poderão revitalizar estes espaços, promovendo a regeneração urbana e criando novas oportunidades para o desenvolvimento económico. Este conceito, tal como apresentado pelas autoras do “White Paper Creative Placemaking”⁹, representa uma alternativa ao *cluster* (do qual o PINC é um exemplo presente neste estudo), considerando que “em vez de um único centro de artes ou de um *cluster* de grandes artes e instituições, o Creative Place-Making da contemporaneidade procura um portfólio de espaços mais descentralizado(...)”¹⁰. Para o desenvolvimento destes projectos, são identificados como principais desafios o estabelecimento de parcerias, a necessidade de combater o cepticismo de algumas comunidades, de acesso aos financiamentos necessários e de ultrapassar barreiras institucionais, garantir a sustentabilidade dos projectos, evitar a sua deslocalização nos casos de maior sucesso e também a capacidade de medir os resultados alcançados.

Procurando identificar aspectos comuns aos projectos de sucesso, o estudo conclui que o seu surgimento decorre em regra da existência de um elemento com visão e pro-actividade, de uma estratégia capaz de identificar características que distingam um determinado lugar – criação de uma marca –, da mobilização de entidades públicas e privadas e a consequente criação de parcerias, bem como do envolvimento de estruturas artísticas locais.

O estudo considera que “através do Creative PlaceMaking, a arte e a cultura dão contributos importantes para o desenvolvimento económico local”¹¹, podendo inclusivamente estender-se a outras áreas para além das culturais, por exemplo: transportes, habitação, cuidados de saúde, ambiente e educação.

A resposta parece assim encontrar-se na animação das infra-estruturas existentes, contribuindo desta forma para maior competitividade económica e um desenvolvimento mais sustentável para os territórios. As linhas de acção do estudo acentuam contudo um aspecto que nos parece da maior importância: a necessidade de ligação estreita de quaisquer medidas às dinâmicas de cada território, àquilo que os distingue dos restantes. “O esforço de revitalização baseado na cultura tem que ser adequado às circunstâncias locais, não uma réplica

⁹ Markusen e Gadwa, 2010

¹⁰ Markusen e Gadwa, 2010: 3

¹¹ Markusen e Gadwa, 2010: 6

«também eu» daquilo que outras cidades estejam a fazer”¹². É assim da maior importância que as estratégias de Creative PlaceMaking tenham por base um conhecimento aprofundado das dinâmicas territoriais, dos seus recursos e desafios, na perspectiva de criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento.

Destaca-se no conceito de Creative PlaceMaking: *A valorização do conhecimento de cada território para a definição das acções a desenvolver, em detrimento da réplica de exemplos de outras cidades ou regiões. A valorização da dinamização dos espaços, indo para além da valorização infra-estrutural. A crítica aos clusters de criatividade, considerando mais benéficas acções concertadas de forma dispersa em locais mais pequenos, numa intervenção mais direccionada. Por outro lado, toda a argumentação assenta mais no consumo da cultura do que na produção cultural, algo que é identificado ao longo das leituras realizadas como uma opção insuficiente em termos de desenvolvimento, considerando-se pelo contrário que o factor produção deve ser primordial e o factor consumo, complementar*¹³.

* Mais informações sobre o National Endowment for the Arts: <http://www.nea.gov/>

¹² Markusen e Gadwa, 2010: I. 4

¹³ Pratt, 2008: 3

CURRICULUM VITAE

Europass-Curriculum Vitae



Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) **Filomena Maria Coelho Serrazina**
Morada(s) Rua José Martinho dos Santos, n.º 1 – r/c D, 2615 – 385, ALVERCA, Portugal.
Telefone(s) 263 285 600 Telemóvel: 96 563 45 83
Fax(es)
Correio(s) electrónico(s) fserrazina@netcabo.pt | menaserrazina@gmail.com
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 28.02.1972
Sexo Feminino

Emprego pretendido / Área funcional

Experiência profissional

Datas De Janeiro de 2008 até à actualidade
Função ou cargo ocupado Chefe de Divisão Municipal (Direcção Intermédia de 2.º grau)
Principais actividades e responsabilidades
– **Chefe do Gabinete de Informação e Relações Públicas:** Gabinete composto por 22 funcionários (técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais), distribuídos pelos seguintes Sectores: Comunicação, Protocolo e Relações Públicas; Design e Produção Gráfica; Impressão, Reprografia e Distribuição da Informação; Audiovisuais.
– Responsável pela Comunicação e Divulgação das actividades municipais (através de materiais gráficos, internet e boletins municipais);
– Responsável pela área de protocolo e relações públicas (preparação e condução protocolar das cerimónias)
– Articulação directa com a Presidente da Câmara Municipal e com a Assessoria de Imprensa.
– Gestão de frota automóvel e de equipamentos de impressão off-set e digital.
Nome e morada do empregador **Câmara Municipal de Vila Franca de Xira** (Gabinete de Gestão de Informação e Relações Públicas)
– Av. Pedro Victor, n.º 5, 2600 Vila Franca de Xira
Tipo de empresa ou sector Administração Local

Datas	De Agosto de 1998 até Dezembro de 2007
Função ou cargo ocupado	Técnica Superior
Principais actividades e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> – Coordenação do Sector de Educação (em regime de substituição da Responsável do Sector). – Responsável pelas Actividades de Enriquecimento Curricular – Criação de instrumentos de controlo logístico e financeiro, e de avaliação periódica. – Responsável pela produção de actividades sócio-educativas – Fórum das Escolas do Concelho de Vila Franca de Xira (EB 2,3 e Secundárias) e “Os Aprendizizes do Fingir” (apoio aos Núcleos de Teatro das Escolas). – Apresentação de Propostas para o Plano de Actividades do Conselho Municipal de Educação de Vila Franca de Xira. Coordenação das actividades e dinamização de grupos de trabalho. – Coordenação editorial e elaboração de conteúdos para a Agenda Escolar. – Representante da Autarquia em Assembleias de Escola.
Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Departamento de Educação, Juventude, Desporto e Equipamentos – Divisão de Educação e Juventude) – Rua Dr. Vasco Moniz, Edifício Varandas da Lezíria, Bloco 2 – Loja, 2600 – 273 Vila Franca de Xira
Tipo de empresa ou sector	Administração Local
Datas	De Agosto de 1990 até Agosto de 1998
Função ou cargo ocupado	Técnica Profissional de Informação
Principais actividades e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> – Elaboração de boletins de informação – redacção de textos, maquetagem e paginação. – Concepção e concretização de Planos de comunicação. – Redacção de Notas de Imprensa. – Planos de Publicidade (contactos com comunicação social e criação gráfica de anúncios). – Relações Públicas (apoio à imprensa durante os eventos).
Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Divisão de Informação e Relações Públicas) Avenida Pedro Victor, n.º 5, 2600 Vila Franca de Xira
Tipo de empresa ou sector	Administração Local
Datas	De 1992 a 1998
Função ou cargo ocupado	Paginadora e/ou redactora
Principais actividades e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> – Paginação da Revista “Voz Off”, em Vila Franca de Xira (1992 a 1993) – Paginação e redacção do jornal “Fundamental”, no Carregado (1993) – Paginação do jornal “O Fandango”, em Azambuja (1996 a 1997) – Redacção de Boletins de Informação das Juntas de Freguesia de Castanheira do Ribatejo, Sobralinho e Vialonga (1998)
Nome e morada do empregador	Jornais e revistas dos Concelhos de Vila Franca de Xira, Alenquer e Azambuja
Tipo de empresa ou sector	<i>Comunicação Social de expansão regional</i>

Educação e Formação Académica

Datas	2010 (início de frequência do Mestrado) – 2012 (data de previsão de conclusão)
Designação atribuída	Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação
Principais disciplinas/competências profissionais	<u>Principais disciplinas:</u> Comunicação Política; Projectos Culturais; Arte e Cultura Contemporânea; Teoria da Imagem. <u>Dissertação de Mestrado:</u> Desenvolvimento Local na Sociedade em Rede. Cultura, Criatividade, Cidadania. (submetida em Setembro de 2012). <u>Competências profissionais:</u> Aperfeiçoamento de instrumentos de análise que permitam um olhar crítico sobre os fenómenos comunicacionais e culturais que emergem no espaço público; aprofundamento da capacidade de operacionalização dos saberes adquiridos.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	
Datas	De 2002 a 2003
Designação da qualificação atribuída	Pós-Graduação em Políticas Sociais Locais
Principais disciplinas/competências profissionais	<u>Principais disciplinas:</u> Poder Autárquico; Política Regional e Urbana Europeia; Políticas Sociais; Metodologias Prospectivas; Rede Social. <u>Competências profissionais:</u> No âmbito dos temas abordados, aquisição de novos conhecimentos e seu enquadramento em contexto real de trabalho.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Universidade Autónoma de Lisboa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	18 valores (pelo trabalho final intitulado “Participação Cívica e Movimentos Pendulares – Dificuldades de Conciliação; Desagregação do Território; Proposta para a viabilização do pleno exercício da Cidadania no caso do Concelho de Vila Franca de Xira”)
Datas	De 1990 a 1995
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Filosofia
Principais disciplinas/competências profissionais	Filosofia do Conhecimento; Filosofia Social e Política; Ontologia; Ética; Filosofia da Política e do Direito; Hermenêutica; Estética.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	13 valores (média final)
Datas	De 1987 a 1990
Designação da qualificação atribuída	Curso Técnico-Profissional de Contabilidade e Gestão
Principais disciplinas/competências profissionais	Contabilidade Básica; Contabilidade Geral; Organização e Administração de Empresas; Fiscalidade; Contabilidade Analítica; Estatística
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Escola Secundária n.º 2 de Alverca
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	16 valores (média final)

Educação e Formação Profissional

Datas	05 e 06 de Novembro de 2009
Designação da qualificação atribuída	Formação “Social Media Marketing”
Principais disciplinas/competências profissionais	Potencialidades e Desafios das Redes Sociais A Estratégia e o Marketing nos Media Sociais
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Media XXI – Consulting, Research & Publishing
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.
Datas	18 de Junho de 2009
Designação da qualificação atribuída	Formação “Realização de Despesas na Câmara Municipal no quadro do Novo Código dos Contratos Públicos”
Principais disciplinas/competências profissionais	Informação e sensibilização para a nova legislação
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.
Datas	25 de Outubro de 2008
Designação da qualificação atribuída	Formação “Novo Código da Contratação Pública”
Principais disciplinas/competências profissionais	Informação e sensibilização para a nova legislação
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.
Datas	28 a 30 de Abril de 2008
Designação da qualificação atribuída	Formação “Liderança – Motivação, Organização e Gestão para Chefias/Colaboradores”
Principais disciplinas/competências profissionais	Definição de chefia; Comunicação nas organizações; Gestão das motivações; Liderança
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Centro de Estudos e Formação Autárquica
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.
Datas	05 de Junho de 2007
Designação da qualificação atribuída	Participação no Debate “Áreas Curriculares Não Disciplinares: Que Importância? Que Optimização?”
Principais disciplinas/competências profissionais	Reflexão sobre a importância da aplicação das Áreas Curriculares Não Disciplinares; Análise de diferentes pontos de vista em torno da matéria em debate; Tomada de conhecimento sobre boas práticas associadas à implementação das Áreas Curriculares não Disciplinares.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Município de Vila Franca de Xira – Conselho Municipal de Educação
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.

Datas	De 13 a 17 de Fevereiro de 2006
Designação da qualificação atribuída	Formação “Criar, Organizar, Coordenar e Orientar Equipas de Trabalho”
Principais disciplinas/competências profissionais	<u>Principais disciplinas:</u> Dinâmica do trabalho em equipa; Fenómenos motivacionais das equipas de trabalho; Fenómenos interaccionais das equipas de trabalho; O trabalho em equipa e a função de chefia; Como obter e manter a liderança das equipas de trabalho; Satisfação das equipas e produção dos resultados; Métodos e técnicas de dinamização e motivação das equipas de trabalho; Avaliação dos resultados no contexto do trabalho em equipa. <u>Competências profissionais:</u> Actualização de conhecimentos no âmbito dos temas abordados e aquisição de novas ferramentas de trabalho.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Centro de Estudos e Formação Autárquica
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.
Datas	De 22 de Junho a 08 de Julho de 2005
Designação da qualificação atribuída	Formação em “Comunicação Global (Relações Públicas) para as Autarquias Locais”
Principais disciplinas/competências profissionais	<u>Principais disciplinas:</u> Bases para uma Política de Comunicação nas Autarquias Locais; Imagem e Identidade Visual; Artes Gráficas e Novas Tecnologias; Edição e Publicação de Edições; Relações com os Media; Criação e Gestão de Publicidade; Utilização e Rentabilização dos Meios Audiovisuais; Avaliação da Eficácia da Comunicação Produzida. <u>Competências profissionais:</u> Actualização de conhecimentos no âmbito dos temas abordados e aquisição de novas ferramentas de trabalho.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Área Metropolitana de Lisboa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Muito Bom.
Datas	17 e 18 de Fevereiro de 2005
Designação da qualificação atribuída	Participação nas II Jornadas de Bibliotecas Escolares
Principais disciplinas/competências profissionais	Tecnologias de Informação e Comunicação e Bibliotecas Escolares
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.
Datas	30 e 31 de Outubro de 2003
Designação da qualificação atribuída	Participação nas I Jornadas de Bibliotecas Escolares
Principais disciplinas/competências profissionais	Sensibilização para as questões das Bibliotecas Escolares, do ponto de vista da Administração Local.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.
Datas	14 de Março de 2002
Designação da qualificação atribuída	Participação no Seminário “Reorganização Curricular do Ensino Básico”
Principais disciplinas/competências profissionais	Aquisição de conhecimentos sobre a Reorganização Curricular do Ensino Básico.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Não se aplica.

Datas 15 e 16 de Fevereiro de 2001
 Designação da qualificação atribuída **Participação no Encontro “Internet na Escola”**
 Principais disciplinas/competências profissionais Recolha de informações com vista à aplicação no Concelho de Vila Franca de Xira do Programa “Internet nas Escolas”.
 Nome e tipo da organização de ensino ou formação **Município de Odivelas (Comissão Instaladora)**
 Nível segundo a classificação nacional ou internacional Não se aplica.

Datas 22 e 23 de Dezembro de 1997
 Designação da qualificação atribuída **Acção de Formação em Corel Draw! 7.0**
 Principais disciplinas/competências profissionais Aquisição de conhecimentos para utilização do programa Corel Draw!
 Nome e tipo da organização de ensino ou formação **Centro de Formação Galileu**
 Nível segundo a classificação nacional ou internacional Não se aplica.

Datas 05 de Maio a 27 de Junho de 1997
 Designação da qualificação atribuída **Curso Prático de Jornalismo Aplicado**
 Principais disciplinas/competências profissionais Principais disciplinas: Escrita Jornalística; Organização e Recolha da Informação; Relações com a Imprensa. Competências profissionais: Redacção de notícias; Recolha de Informação e Redacção de Reportagens; Produção de Jornal.
 Nome e tipo da organização de ensino ou formação **CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas**
 Nível segundo a classificação nacional ou internacional Com aproveitamento.

Aptidões e competências pessoais

Língua(s) materna(s) **Português**

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu ()*

Inglês

Francês

Espanhol

Compreensão				Conversaço				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
C2	Utilizador Experiente	C1	Utilizador Experiente	C1	Utilizador Experiente	C1	Utilizador Experiente	C1	Utilizador Experiente
B2	Utilizador Independente	C2	Utilizador Experiente	B2	Utilizador Independente	A2	Utilizador Básico	B1	Utilizador Independente
B2	Utilizador Independente	C1	Utilizador Experiente	A1	Utilizador Básico	A2	Utilizador Básico	A2	Utilizador Básico

(*) *Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)*

Aptidões e competências sociais Presidente da Mesa da Assembleia Geral do “Xira Clube – Associação dos Funcionários da Câmara Municipal e SMAS de Vila Franca de Xira”

Aptidões e competências de organização No âmbito das minhas tarefas diárias sou responsável pela coordenação de diferentes grupos de profissionais em torno de um objectivo comum. Este trabalho realiza-se liderando os grupos dos diferentes sectores da Divisão, assim como orientando as tarefas de articulação entre sectores e destes com os restantes Departamentos da Câmara Municipal.

Aptidões e competências informáticas	Domínio de Microsoft Word, Excel, Power Point, Outlook . Conhecimentos de PageMaker e Corel Draw.
Aptidões e competências artísticas	<p><u>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS TEATRAIS</u></p> <p>2012 – Projecto “Teatro Connosco”. Assistente de encenação e actriz no Espectáculo Teatro de Comunidade “Cais 14” – Alhandra.</p> <p>1993 a 1997 – Grupo de Teatro “Esteiros”. Participação nos seguintes espectáculos: “A Forja”, de Alves Redol (estreia em Março de 1994); “A Queda de Um Rio”, produção do Grupo (estreia em Março de 1996).</p> <p>1994 a 1995 – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Grupo ARTEC. Participação na Workshop de Teatro - Iniciação às Práticas Teatrais/Expressão Corporal, de 14 a 18 de Novembro de 1994. Participação no espectáculo “Por Detrás da Cortina”, produção do Grupo (estreia em Janeiro de 1995).</p> <p>14 a 29 de Janeiro de 1995 – Teatro Ibérico. Participação no Workshop de Formação Teatral.</p>
Outras aptidões e competências	<p><u>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS LITERÁRIAS</u></p> <p>1995 – Prémio Literário (modalidade de conto), no Concurso Revelação Jovem Autor, promovido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.</p> <p>1997 – Menção de Mérito Literário no Prémio Literário da Câmara Mun. Vila Franca de Xira.</p> <p><u>TRABALHO PUBLICADO</u></p> <p>– Serrazina, Filomena (2012), “Esfera pública, tecnologia e reconfiguração da identidade individual”, <i>Observatório (OBS) Journal</i> (Online), VI, (3), pp. 177-191. Disponível em http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/574 (Setembro de 2012).</p> <p><u>INTERESSES PESSOAIS</u></p> <p>– Interesse particular pelos media: televisão, imprensa, publicidade, Internet. Outros interesses, Literatura e Teatro, Cinema, Artes em geral.</p> <p>– Praticante de <i>Step</i> e Ginástica Localizada.</p> <p>– Blogue pessoal (inclui textos de ficção): www.blimunda7luas.blogspot.com</p>
Carta de condução	Carta de Condução de Veículos Ligeiros (B)
Informação adicional	<p>Experiência em apresentação de eventos de carácter lúdico e/ou artístico, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Passagem de Modelos - Concertos - Festivais e Concursos - Espectáculos de Teatro <p>Referências fornecidas a pedido.</p>

Anexos

- Certificado de Habilitações emitido pela Universidade Autónoma de Lisboa, referente à **Pós-Graduação em Políticas Sociais Locais**.
- Certificado de Habilitações emitido pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, referente à **Licenciatura em Filosofia**.
- Certificado de Habilitações emitido pela Escola Secundária n.º 2 de Alverca, referente à conclusão do Ensino Secundário – **Curso Técnico-Profissional de Contabilidade e Gestão**.
- Certificado de Frequência de Formação Profissional, emitido pela “Media XXI”, referente ao curso **“Social Media Marketing”**.
- Certificado de Frequência de Formação Profissional, emitido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, referente à **Formação “Realização de Despesas na Câmara Municipal no quadro do Novo Código dos Contratos Públicos”**
- Certificado de Frequência de Formação Profissional, emitido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, referente à **Formação “Novo Código da Contratação Pública”**
- Certificado de Frequência de Formação Profissional, emitido pelo CEFA, referente ao curso **“Liderança – Motivação, Organização e Gestão para Chefias/Colaboradores”**.
- Certificado de Participação no Debate **“Áreas Curriculares Não Disciplinares: Que Importância? Que Optimização?”**.
- Certificado de Frequência de Formação Profissional, emitido pelo CEFA, referente ao Curso **“Criar, Organizar, Coordenar e Orientar Equipas de Trabalho”**.
- Certificado de Formação, emitido pela Área Metropolitana de Lisboa, referente à Acção de Formação **“Comunicação Global para as Autarquias Locais”**.
- Certificado de Participação nas **II Jornadas de Bibliotecas Escolares**.
- Certificado de Participação nas **I Jornadas de Bibliotecas Escolares**.
- Declaração de Participação no Seminário **“Reorganização Curricular do Ensino Básico”**.
- Certificado de Participação no Encontro **“Internet na Escola”**.
- Certificado de Formação referente à Acção de Formação em **Corel Draw! 7.0**.
- Certificado emitido pelo CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, referente ao **Curso Prático de Jornalismo Aplicado**.
- Certificado de Participação no Workshop de **Formação Teatral**, emitido pelo Teatro Ibérico.
- Certificado de Participação no Workshop de Teatro – **Iniciação às Práticas Teatrais / Expressão Corporal**, emitido pela Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.